

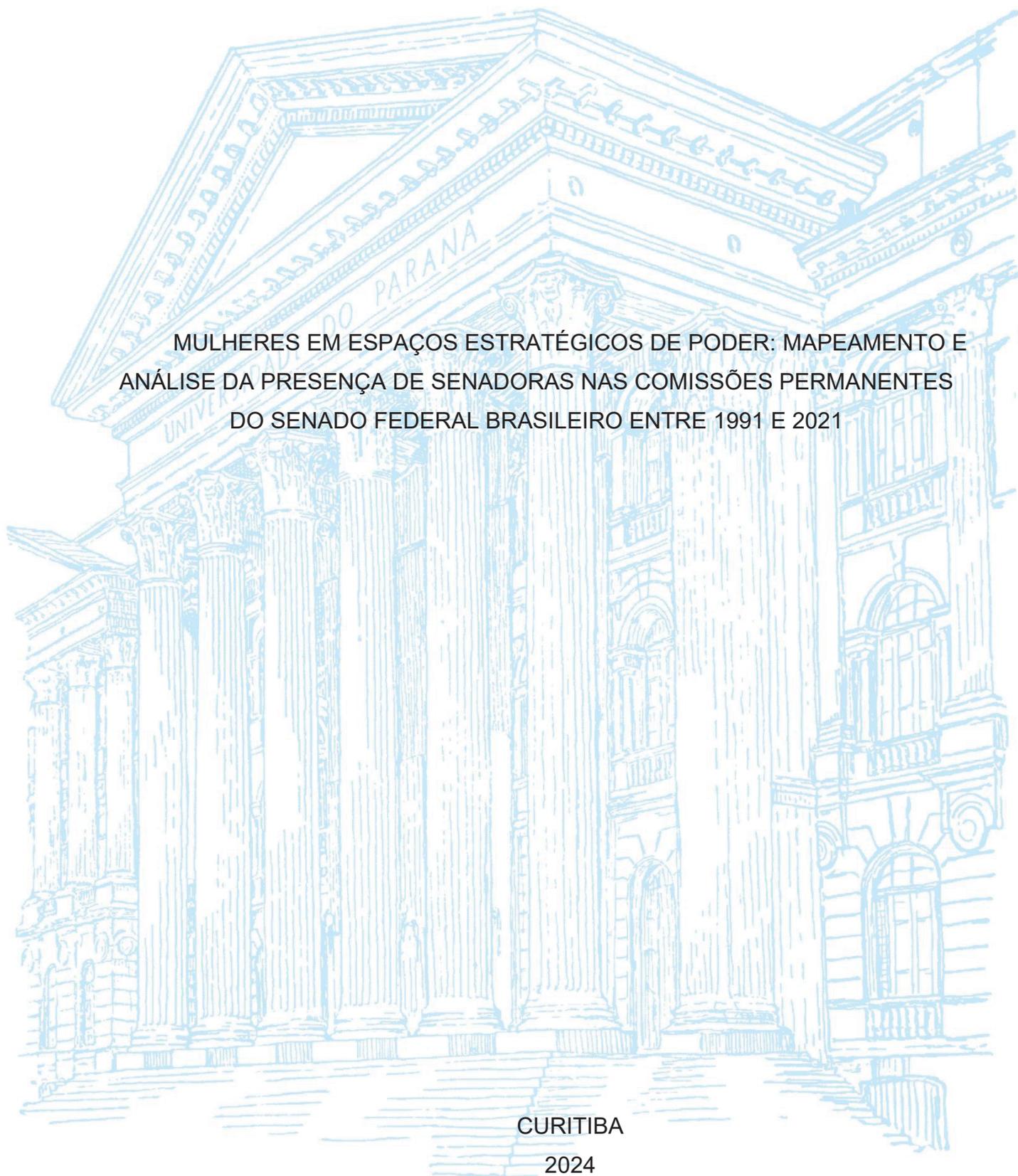
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA APARECIDA RODNIKE CARNEIRO

MULHERES EM ESPAÇOS ESTRATÉGICOS DE PODER: MAPEAMENTO E  
ANÁLISE DA PRESENÇA DE SENADORAS NAS COMISSÕES PERMANENTES  
DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO ENTRE 1991 E 2021

CURITIBA

2024



PATRÍCIA APARECIDA RODNIKE CARNEIRO

MULHERES EM ESPAÇOS ESTRATÉGICOS DE PODER: MAPEAMENTO E  
ANÁLISE DA PRESENÇA DE SENADORAS NAS COMISSÕES PERMANENTES  
DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO ENTRE 1991 E 2021

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Carneiro, Patrícia Aparecida Rodnike

Mulheres em espaços estratégicos de poder : mapeamento e análise da presença de senadoras nas Comissões Permanentes do Senado Federal Brasileiro entre 1991 e 2021. / Patrícia Aparecida Rodnike Carneiro. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.  
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossi Horochovski.

1. Poder (Ciências Sociais). 2. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. 3. Mulheres na política. I. Horochovski, Rodrigo Rossi, 1970-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciência Política. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA -  
40001016061P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PATRICIA APARECIDA RODNIKE CARNEIRO** intitulada: **MULHERES EM ESPAÇOS ESTRATÉGICOS DE PODER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DA PRESENÇA DE SENADORAS NAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO ENTRE 1991 E 2021**, sob orientação do Prof. Dr. RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 26 de Março de 2024.

Assinatura Eletrônica

26/03/2024 14:54:46.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

26/03/2024 16:00:21.0

MARIA CECILIA EDUARDO

Avaliador Interno Pós-Doc (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

28/03/2024 09:59:32.0

VANESSA ELIAS DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC)

---

General Carneiro, 460 - 5º andar - sala 517 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5233 - E-mail: ppgcpufr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 352148

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 352148

Para Melanie e Zé, meus anjos no Céu e na Terra.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço profunda, infinita e eternamente ao Luiz, o amor de todas as minhas vidas.

Agradeço a Tati, Sharon, Regina e Francis por serem luz, GPS, força e inspiração por tanto tempo.

Agradeço o amor e paciência das minhas amadas Adri, Aninha e Geissa. Esse trabalho não existiria sem vocês.

Agradeço a amizade e parceria da Carol e da Nath que torceram e vibraram a cada degrau de evolução dessa pesquisa.

Agradeço a Celina, a Nicole e a Aline por todas as vezes em que disseram que iria ficar tudo bem.

Agradeço aos meus professores e professoras que fizeram e ainda fazem parte da minha trajetória de eterna aluna.

Agradeço aos meus pais por me ensinarem o valor da educação e a minha irmã Juju por ter me socorrido nos momentos de desespero com os gráficos e tabelas.

Agradeço ao professor Rodrigo Horochovski por ter me orientado de uma forma que me fez acreditar novamente que é possível – e necessário – fazer pesquisa científica de forma ética, responsável e, acima de tudo, humana.

E agradeço a mim mesma, que tive força e coragem para chegar até o fim dessa caminhada mesmo quando tudo convergiu para que eu desistisse.

*“I cannot liberate you; you cannot liberate me. But if you liberate yourself, perhaps I can model my freedom after yours. We can show each other what it would look like to live in a state of loving ourselves, celebrating ourselves, living in service of purpose, and delivering on our own unique prophecy, fully bringing ourselves to the world in pride.”*

*Elise Loehnen, On Our Best Behavior*

## RESUMO

Partindo do questionamento sobre como se dá a ocupação de espaços estratégicos de poder pelas senadoras no âmbito do Senado brasileiro, este trabalho propõe-se mapear a presença das parlamentares nas comissões permanentes da Câmara Alta no período pós-redemocratização entre 1991 e 2021. Tendo como objeto de estudo as senadoras, foram coletadas informações biográficas e referentes a nomeação das parlamentares às cadeiras de titular, suplente, presidente e vice-presidente nas comissões. As fontes dos dados são, em especial, a base de dados online do Senado Federal, os Relatórios da Presidência e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. As abordagens adotadas são a quantitativa e qualitativa, os objetivos são de fundo descritivo e a metodologia utilizada emprega as técnicas de prosopografia e análise de conteúdo. As hipóteses levantadas são que i) as comissões com maior presença feminina versam sobre temáticas de cunho social (*soft politics*); e ii) há tendência da ocupação dos cargos de presidência e vice-presidência das comissões por senadoras cujo capital político é oriundo predominantemente de herança familiar e/ou matrimonial. Após o levantamento, organização e análise dos dados, foi possível confirmar a primeira hipótese e refutar a segunda.

Palavras-chave: Senado; senadoras; comissões permanentes; poder; capital político.

## **ABSTRACT**

Starting from the question of how the occupation of strategic positions of power by female senators within the Brazilian Senate unfolds, this study aims to map the presence of female parliamentarians in the permanent committees of the Upper House in the post-redemocratization period between 1991 and 2021. Focusing on female senators as the object of study, biographical information and data regarding the appointment of parliamentarians to the positions of titular, substitute, president, and vice-president in the committees were collected. The sources of the data include, in particular, the online database of the Federal Senate, the Presidency Reports of the Federal Senate, and the Brazilian Historical-Biographical Dictionary. The adopted approaches are quantitative and qualitative, with descriptive goals, and the methodology employs prosopography and content analysis techniques. The hypotheses raised are that i) committees with a higher female presence deal with themes of social nature (soft politics); and ii) there is a tendency for the occupation of the positions of president and vice-president of the committees by female senators whose political capital predominantly comes from family and/or marital inheritance. After the survey, organization, and analysis of the data, it was possible to confirm the first hypothesis and refute the second.

Keywords: Senate; female senators; permanent committees; power; political capital.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (1991 - 2021).....	42
GRÁFICO 2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (1991 - 2021) .....	44
GRÁFICO 3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (1991 - 2021).....	45
GRÁFICO 4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (1991 – 2006) .....	46
GRÁFICO 5 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (2007 – 2021) .....	46
GRÁFICO 6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (1991 - 2021)	47
GRÁFICO 7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (1991 - 2021).....	48
GRÁFICO 8 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (1993-2004) .....	49
GRÁFICO 9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (2005-2016).....	51
GRÁFICO 10 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA (2015 e 2016) + COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DIREITO DO CONSUMIDOR (2017-2021).....	52
GRÁFICO 11 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA PÚBLICA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DIREITO DO CONSUMIDOR (2017-2021).....	53
GRÁFICO 12 – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2003 - 2004) + COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2005 - 2021).....	54
GRÁFICO 13 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2005 – 2021) .....	55
GRÁFICO 14 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (2005 – 2021).....	56
GRÁFICO 15 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (2005 – 2021).....	57
GRÁFICO 16 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (2007 - 2021) .....	58
GRÁFICO 17 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO (2013 - 2021).....	59

GRÁFICO 18 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (2017 - 2021).....	60
---	----

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – MULHERES NOS PARLAMENTOS: MÉDIAS GLOBAIS (2022) .....	23
TABELA 2 – MULHERES NOS PARLAMENTOS: MÉDIA REGIONAL (2022).....	23
TABELA 3 – CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CAS - Comissão de Assuntos Sociais

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CCT - Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática

CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CE - Comissão de Educação e Cultura

CFC – Comissão de Fiscalização e Controle

CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura

CMA - Comissão de Meio Ambiente (2017 – 2021)

CMA - Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle  
(2005 - 2016)

CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CSF - Comissão Senado do Futuro

CSP - Comissão de Segurança Pública

CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa  
do Consumidor

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>16</b>
2.1 O SENADO BRASILEIRO .....	16
2.1.1 AS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO .....	18
2.1.2 AS MULHERES NO SENADO .....	22
2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – ONDE AS SENADORAS ESTÃO? .....	26
2.3 CAPITAL POLÍTICO: DE ONDE AS SENADORAS VÊM?.....	30
<b>3 MATERIAL E MÉTODOS</b> .....	<b>33</b>
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA .....	33
3.2 MÉTODOS DE ANÁLISE .....	35
3.3 O CAMINHO PERCORRIDO .....	36
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>42</b>
4.1 O MAPEAMENTO DA PRESENÇA DAS SENADORAS NAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO ENTRE 1991 E 2021 .....	42
4.2 O PERFIL PROSOPOGRÁFICO DAS SENADORAS QUE FORAM PRESIDENTES OU VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO ENTRE 1991 E 2021.....	61
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>65</b>
5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	69
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>70</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Senatus*, do latim, designa o centro do poder formal em Roma, composto pelos anciões chefes do patriarcado no Império Romano (ALVES, 2018). No Brasil, o Senado tem suas origens nos primeiros anos do Império no Brasil, com sua criação firmada na Constituição Imperial Brasileira de 1824 e reiterada na Constituição republicana, sendo então designado como Senado Federal (CHACON, 1997). Porém, não obstante a conquista do sufrágio feminino no Brasil em 1932 (MARQUES, 2019), a sombra patriarcal da tradição romana subsiste: em 2022, apenas 17 das 81 cadeiras do Senado brasileiro foram preenchidas por mulheres enquanto senadoras titulares ou suplentes.

A baixa ocupação por mulheres de cargos públicos eleitos não é exclusividade da Câmara Alta brasileira: em sua maioria, os sistemas políticos apresentam uma proporção díspar da presença feminina em cargos e posições de poder e influência na vida pública (YOUNG, 2006; MATOS, 2011; SCHUMAHER, 2015). No Brasil, diversos mecanismos visando diminuir essa diferença têm sido implementados, gerando debate acerca dos resultados obtidos até o momento (ARAÚJO, 1998; 1999; 2001; MATEO-DIAZ, 2006; MARTINS, 2007; MIGUEL, 2008; SAGOT, 2009).

Não bastasse a presença diminuta nas esferas de poder, é recorrente que as mulheres, em especial ao ocuparem cargos eletivos no Poder Legislativo, atuem predominantemente em temas voltados ao cuidado em detrimento de temas referentes à gestão econômica e política estatal. Esse insulamento temático das mulheres também é objeto de diversos estudos na área (AVELAR, 2001; KERGOAT, 2009; MARQUES; TEIXEIRA, 2015; MIGUEL; FEITOSA, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2010; FRANCO, 2019).

Ainda, há certas características biográficas, em especial referentes à origem do capital político, que se apresentam de grande relevância tanto para o recrutamento eleitoral quanto para a atuação das mulheres já eleitas. Esse tema também se apresenta como objeto de diversos trabalhos que têm o Legislativo como foco (PATEMAN, 1993; AVELAR, 2001; NORRIS, 2006; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; PINTO; SILVEIRA, 2018).

Embora a literatura que trata da presença feminina no âmbito do Poder Legislativo seja bastante vasta, observa-se uma predominância de estudos no âmbito da Câmara dos Deputados (PINHEIRO, 2006; MIGUEL; MARQUES; MACHADO,

2015; REZENDE, 2017; FRANCO, 2019; OLIVEIRA, 2022). Câmara e Senado são espaços de poder distintos não apenas formalmente, em relação às competências de cada Casa, mas também nas dinâmicas internas de lutas de poder (PINHEIRO, 2007). Essas diferenças contribuem para essa divisão entre os estudos referentes ao Poder Legislativo e são evidenciadas em análises comparativas (PAIVA, HENRIQUE E SILVA, 2013; MOREIRA E BARBERIA, 2015).

Em obra a respeito do Senado Federal brasileiro no pós-constituente, Lemos (2008) reconhece o Senado enquanto esfera de grande poder na contemporaneidade e aponta a Casa como área ainda pouco explorada pela Ciência Política em comparação à gama de estudos que tomam a Câmara dos Deputados e seus membros como objetos de pesquisa. Tal diferença já havia sido apontada por Paula (1998) ao explicitar o caráter recente das pesquisas sobre o Senado em comparação ao já consolidado terreno de pesquisas sobre a Câmara. Embora ainda em menor quantidade em relação à Câmara dos Deputados, questões referentes a presença e atuação das mulheres no Senado têm sido levantadas em diversos estudos recentes (BOHN, 2007; MENDONÇA, 2009; MOREIRA E BARBERIA, 2015; BRASIL, 2016; SOUZA, 2016; COSTA, 2018; MUNHOZ E OLIVEIRA, 2020).

Dentro dos estudos que têm o Poder Legislativo como área explorada, de forma restrita às casas legislativas, destacam-se os trabalhos que tomam as comissões permanentes como tema de estudo. Em uma perspectiva institucional, Limongi (2004) explica serem instâncias do trabalho legislativo cuja importância advém da divisão temática sob a qual são construídas. Tal divisão permite tanto uma maior especialização quanto um maior desenvolvimento da capacidade técnica de análise, sugerindo a possibilidade de um incremento na qualidade das decisões legislativas. Já do ponto de vista estratégico-político, os presidentes de comissão, ao lado do presidente da Mesa Diretora e dos líderes partidários, possuem institutos constitucionais e regimentais que permitem o controle da agenda legislativa, centralizando o processo decisório (LIMONGI, 2004).

Em sendo espaços de poder e prestígio que requerem acúmulo de capital político (BOURDIEU, 1996; MIGUEL, 2003) e que envolvem constante disputas, as posições nas comissões permanentes, em especial de presidência e vice-presidência, representam cargos estratégicos de difícil acesso, em especial, para mulheres parlamentares (PINHEIRO, 2007). Dessa forma, pensar a ocupação de cargos nas comissões permanentes por senadoras é pensar em um “teto de vidro acima do teto

de vidro”<sup>1</sup>: após vencer todas as barreiras pessoais, sociais, partidárias e eleitorais, há mais uma instância onde o poder será disputado.

E é pensando nessas senadoras – e em tantas outras futuras – que surgiram as perguntas: em quais áreas atuam as senadoras brasileiras no âmbito das comissões permanentes do Senado Federal? Ainda, quais senadoras conseguiram romper o “teto de vidro acima do teto de vidro” e exerceram os cargos de presidente ou vice-presidente dessas comissões? Qual é o perfil dessas senadoras em relação à construção de seu capital político e entrada na política?

Partindo de tais questionamentos, premissas e entendimentos, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar a presença feminina nas comissões permanentes do Senado Federal brasileiro no período entre 1991 e 2021, reconhecendo possíveis tendências de presença das senadoras conforme a temática das comissões, bem como de elementos biográficos em comum no que diz respeito ao início da carreira política e das fontes de capital político das parlamentares que ocuparam as posições de presidente e/ou vice-presidente.

Os objetivos específicos que permitem a consecução do objetivo geral são i) mapear a presença das senadoras enquanto membros titulares, presidente e/ou vice-presidente das referidas comissões no recorte temporal proposto; ii) realizar a classificação temática das comissões em *soft x hard politics*; iii) delinear o perfil prosopográfico das senadoras que ocuparam os postos de presidência e/ou vice-presidência das comissões.

A partir dos dados referentes à presença de senadoras nas comissões permanentes, bem como à presença nos cargos de presidência e vice-presidência desses grupos, a seguinte hipótese é testada: i) as comissões com maior presença feminina versam sobre temáticas de cunho social (*soft politics*).

Na sequência, com base no perfil prosopográfico das senadoras que alcançaram os postos de presidente ou vice-presidente das comissões, busca-se testar a hipótese de que ii) há tendência de ocupação desses cargos por senadoras

---

<sup>1</sup> A expressão “teto de vidro” diz respeito ao fenômeno no qual as mulheres ascendem em suas carreiras até um determinado ponto onde, eventualmente, se deparam com barreiras que as impedem de atingir níveis hierárquicos e de poder mais elevados (TRIMBLE; ARSCOTT, 2003, p. 45). No presente trabalho, me refiro a um “teto de vidro acima do teto de vidro” como forma de representar as camadas invisíveis de acesso aos espaços de poder estratégico no âmbito do Senado Federal; em outras palavras, após eleitas, as senadoras ainda precisam ultrapassar barreiras sutis e subjacentes para exercerem, em sua totalidade, o cargo ao qual foram confiadas por seus eleitores.

cujo capital político é oriundo predominantemente de herança familiar e/ou matrimonial.

Isso posto, a pesquisa se justifica enquanto contribuição para os estudos e discussões sobre a participação das mulheres nas esferas de poder, em especial na atuação em postos estratégicos do Poder Legislativo, com ênfase no Senado Federal.

Ainda, considerando o grande volume de trabalhos que têm a Câmara Baixa como campo de estudo, há que se compreender melhor o funcionamento e as nuances da mecânica do poder na Câmara Alta para que estudos comparativos possam ser realizados respeitando os limites e singularidades de cada esfera.

Esta dissertação é dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro é composto por esta introdução. No segundo, é realizada uma revisão de literatura abordando características gerais e específicas do Senado brasileiro e de suas comissões permanentes, na sequência são feitas considerações sobre a presença das mulheres nessa esfera da política institucional e, ao final do capítulo, são apresentados conceitos referentes à teoria da divisão sexual do trabalho e à construção de capital político. No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos, as abordagens adotadas e os objetivos de fundo do trabalho, bem como informações sobre as técnicas de prosopografia e análise de conteúdo; ao final do capítulo é apresentado o caminho percorrido, partindo do questionamento que deu origem ao trabalho, passando pelas etapas de coleta e processamento até a fase de interpretação dos dados. O quarto capítulo traz os resultados obtidos e é dividido em dois subcapítulos: o primeiro apresentando os resultados do mapeamento da presença das senadoras nas comissões no recorte temporal proposto; e o segundo trazendo os resultados da análise do perfil prosopográfico das senadoras que foram presidentes e/ou vice-presidentes das comissões. Por fim, são tecidas as considerações finais, onde teoria e prática se entrelaçam, seguidas de recomendações para trabalhos futuros.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são apontadas, primeiramente, características gerais e específicas do Senado brasileiro e de suas comissões permanentes, estas entendidas aqui como espaços estratégicos de poder. Em seguida, são feitas considerações acerca da presença das mulheres nessa esfera da política institucional. Ao final, são apresentados conceitos referentes à teoria da divisão sexual do trabalho e à construção de capital político com ênfase nas relações familiares e de matrimônio.

### 2.1 O SENADO BRASILEIRO

Dividido em Câmara dos Deputados e Senado, o Poder Legislativo brasileiro adota o modelo bicameral em nível nacional. Tal modelo é entendido como forma de alcançar uma representação de interesses distintos, fortalecer o sistema de *checks and balances*, melhorar a qualidade da produção legislativa e obter resultados legislativos mais estáveis (LEMOS E RANICHESKI, 2008, p. 95). Ainda, do ponto de vista da representação, os métodos de seleção e a quantidade de parlamentares são diferentes em cada Casa; além disso, há que se atentar ao caráter federativo do Senado, no qual o número de membros por estado não varia conforme a população (PAULA, 2018).

Em uma pesquisa que identifica determinantes tanto da existência quanto da força política da Câmara Alta do Legislativo de 51 países, Neiva (2008, p. 46) aponta o Senado brasileiro como “uma das Câmaras Altas mais fortes do mundo”. Tanta distintividade se dá, entre outros fatores, em razão das prerrogativas de função legislativa, fiscalizadora e judiciária que lhe são conferidas pela Constituição Federal de 1988. Alguns exemplos dessa tríade de prerrogativas são apresentados a seguir.

Em relação à função legislativa, conforme explica Paula (2018, p. 27) e Araújo (2008, p. 210) é equivocada a interpretação de que a atuação do Senado tem caráter apenas revisor, já que a aprovação dos senadores é obrigatória para a formação de leis: conforme o art. 65 da CF/88, o Senado possui não apenas o poder de iniciativa da lei, mas de finalização do processo legislativo, já que os projetos ali iniciados retornam para a palavra final; ainda, o mesmo artigo atribui à Câmara Alta o chamado

o poder de “veto”, ou seja, a possibilidade de arquivar qualquer proposta<sup>2</sup>. A função fiscalizadora, por sua vez, identificada no art. 49 da CF/88, atribui ao Senado Federal a competência de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo nas áreas contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta. Por fim, a função judiciária é atribuída no art. 52 da CF/88 permitindo ao Senado suspender a execução de lei inconstitucional, aprovar a ocupação de cargos executivos (como o Presidente e diretores do Banco Central) e judiciários (como ministros do Supremo Tribunal Federal); além disso, também é competência privativa do Senado processar e julgar membros dos poderes Executivo e Judiciário e das Forças Armadas.

O Senado brasileiro também apresenta peculiaridades no que diz respeito à eleição e ao perfil de seus membros: primeiramente, a elegibilidade é condicionada à idade mínima de 35 anos (art. 14, § 3º, VI, a, da CF/88) e em segundo lugar, a eleição dos senadores se dá pelo princípio majoritário de forma que cada Estado e o Distrito federal elegem três senadores com dois suplentes para um mandato de 8 anos sendo a representação de cada Estado e do Distrito Federal renovada a cada 4 anos por um e dois terços alternadamente (art. 46 da CF/88).

Outra peculiaridade diz respeito ao que Paula (2008, p. 172) entende como “duplo perfil para a representação dos senadores”: por um lado, em sendo o estado a base de organização do Senado, a representação dos senadores é territorial; por outro, a Constituição Federal de 1988 atribui aos membros da Câmara Alta competências idênticas às dos deputados federais – tanto na votação quanto na proposição de leis – o que poderia causar dificuldades na identificação das funções dos parlamentares perante seus eleitores.

Por fim, conforme será apresentado a seguir, o Senado Federal brasileiro possui comissões que são constituídas na forma e com as atribuições previstas em seu Regimento Interno (art. 58 da CF/88). Essas comissões, em especial as comissões permanentes<sup>3</sup>, são espaços fundamentais no Poder Legislativo visto que

---

<sup>2</sup> Em estudo que compara 33 países bicamerais, Backes (2008, p. 72) aponta que o poder de veto do Senado é uma prerrogativa rara e que mesmo o Senado americano, reconhecido por agregar grande poder, não a possui.

<sup>3</sup> Conforme o art. 58 da CF/88 e o art. 71 do Regimento Interno do Senado Federal, o Senado possui comissões permanentes e temporárias. O presente trabalho tem como foco de estudo apenas as comissões permanentes, sendo estas aqui referenciadas simplesmente como “comissões”. Na eventualidade de alguma comissão temporária ser mencionada, esta será especificada com o termo “temporária”.

possuem poder terminativo, ou seja, é nelas que o destino dos projetos apresentados é decidido (RICCI, 2008). Ainda, as cadeiras de presidência e vice-presidência dessas comissões são vistas como postos estratégicos de poder, tendo em vista o perfil, a forma de seleção e as atribuições dos parlamentares que alcançam tais posições.

### 2.1.1 AS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO

A escola neoinstitucionalista, que tem como base o contexto norte-americano, apresenta três linhas que sistematizam o papel das comissões no processo legislativo: distributivista, informativa e partidária (LIMONGI, 1994). Na linha distributivista, as comissões são instrumentos pelo meio dos quais os membros do parlamento buscam atender as demandas de suas bases eleitorais, tendo como objetivo aumentar as chances de reeleição (LIMONGI, 1994, p. 8); para a interpretação informacional, o foco das comissões é realizar uma análise o mais acurada possível acerca dos efeitos de determinados projetos (KREHBIEL, 1991, p. 66) o que acarretaria a permanência de determinados parlamentares por longos períodos em determinadas comissões, gerando especialização no tema e reforçando o poder da comissão em face do plenário; por fim, na linha partidária, ao contrário das linhas anteriores que dão forte ênfase às preferências individuais dos membros do parlamento, são os líderes quem, por possuírem o controle da agenda no processo legislativo, o utilizam como ferramenta para garantir a influência dos partidos sobre suas bancadas (COX; McCUBBINS, 1993, p.85).

Certamente as funções apontadas pela tríade neoinstitucionalista não são exercidas isoladamente pelas comissões de forma que os grupos podem apresentar características distributivistas, informacionais e partidárias simultaneamente (EPSTEIN; O'HALLORAN, 1999, p. 195).

O Senado Federal brasileiro, sendo uma instituição organizada, executa suas funções internas e regulares de forma separada, e suas partes componentes, embora não sejam intercambiáveis, estão interligadas e dependem uma da outra para operar efetivamente. Essas características podem ser observadas na descentralização das decisões da Casa, que ocorre muito em função da divisão do trabalho entre plenário e comissões. Essa estratificação do sistema embasada na delegação de prerrogativas como forma de organização interna do legislativo é observada na pesquisa de Lemos

(2008) a respeito do sistema de comissões no Senado onde aponta serem as comissões grupos representativos do plenário que

[...] favorecem a participação de grupos organizados, facilitam o trabalho de coleta e distribuição de informações, diminuem os custos de decisão, abrem espaço para a participação mais ativa das minorias, propiciam ambiente de negociação e consenso e permitem que os representantes possam atingir seus objetivos – sejam eles a realização de determinada política pública, a vocalização de grupos de interesse ou sua própria reeleição (Lemos, 2008, p. 353-354)

Acerca das comissões permanentes do Senado brasileiro<sup>4</sup>, em novembro de 2023, quando do início da redação deste trabalho, a Câmara Alta dispunha de 16 comissões permanentes conforme o art. 72 de seu Regimento Interno: Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Comissão de Educação e Cultura<sup>5</sup> (CE), Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática<sup>6</sup> (CCT), Comissão de Defesa da Democracia (CDD)<sup>7</sup>, Comissão de Meio Ambiente (CMA), Comissão de Segurança Pública (CSP), Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)<sup>8</sup>, e Comissão de Esporte (CEsp)<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> Importante destacar que esta pesquisa analisou a presença de senadoras nas comissões permanentes entre os anos de 1991 e 2021, de forma que há diferença na existência e também na nomenclatura de algumas comissões em função de alterações que ocorreram em 2022 e 2023.

<sup>5</sup> Nome alterado de “Comissão de Educação, Cultura e Esporte” para “Comissão de Educação e Cultura” conforme a Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37139388>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>6</sup> Nome alterado de “Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática” para “Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática” conforme a Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37139388>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>7</sup> Nome alterado de “Comissão Senado do Futuro (CSF)” para “Comissão de Defesa da Democracia (CDD)” conforme a Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37139388>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>8</sup> Incluída pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37139388>. Acesso em: nov. 2023.

<sup>9</sup> Incluída pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 07/06/2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/37139388>. Acesso em: nov. 2023.

Observa-se que as comissões são divididas tematicamente, refletindo as características da linha informativa da escola neoinstitucionalista. Sobre esse critério, Limongi (2004) explica que se trata de um fator crucial para o grau de importância conferido a cada grupo de trabalho legislativo pois permite tanto uma maior especialização, quanto um maior desenvolvimento da capacidade técnica de análise, sugerindo a possibilidade de um incremento na qualidade das decisões legislativas. Já acerca do grau de relevância de cada comissão, Lemos (2008, p. 365) aponta como mais relevantes a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao lado da Comissão de Assuntos Econômicos (CE).

No que diz respeito à composição e organização das comissões permanentes, o número de membros de cada comissão é determinado também no Regimento Interno, em seu art. 77, variando de 27 membros titulares e 27 membros suplentes na Comissão de Assuntos Econômicos até 11 membros titulares e 11 membros suplentes na Comissão de Esporte, por exemplo. O art. 78 do Regimento determina que cabe ao Presidente designar os membros das comissões por meio de indicação escrita de seus respectivos líderes. O mesmo artigo determina ainda que a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares que atuam no Senado Federal deverá ser assegurada tanto quanto possível. Assim, tendo em vista o poder de nomeação dos membros pelos líderes, conforme explica Araújo (2012), ingressar nas comissões exige não apenas qualificação e experiência política, mas também senioridade e fidelidade ideológica e partidária.

Por fim, o art. 88 do Regimento determina que no início de cada legislatura, após a designação dos membros de cada comissão, estes deverão eleger o Presidente e Vice-Presidente do grupo por meio de votação secreta. Aqui é possível inferir que o controle dos cargos de liderança é feito pelos partidos políticos principalmente em função da regra de representação proporcional: conforme Limongi (2004), do ponto de vista estratégico-político, os presidentes de comissão, ao lado do presidente da Mesa Diretora e dos líderes partidários, possuem institutos constitucionais e regimentais que permitem o controle da agenda legislativa, centralizando o processo decisório. Lemos (2008, p. 362) reforça esse entendimento explicando que, apesar de a escolha dos presidentes ser feita pelos membros do grupo, as votações seguem acordos feitos previamente entre os líderes partidários e a Mesa Diretora, o que condiz com os preceitos da linha partidária da escola neoinstitucionalista.

As competências gerais das comissões estão listadas nos artigos 90 a 97 do Regimento Interno; já as competências específicas de cada grupo encontram-se elencadas nos artigos 98 a 104-F. Dentre as atribuições, merece destaque as de discutir e votar projeto de lei ordinária de autoria de senador (art. 91, I) e projetos de decreto legislativo (art. 91, III); e apreciar terminativamente projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa (art. 91, § 1º, IV). Dessa forma, a atuação das comissões no Senado tem força decisiva em relação a propostas ordinárias de ambas as Casas do Legislativo. Em sua pesquisa sobre a produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso brasileiro entre 1991 e 2003, Ricci (2008, p. 255) aponta que a decisão final das comissões do Senado foi decisiva em 79,2% das vezes em que foram apreciados projetos de senadores, reforçando o entendimento de que as comissões são instâncias decisórias relevantes. Tamanho poder pode ser utilizado pelos parlamentares como ferramenta para atender a suas demandas eleitorais, conforme indica a linha distributivista da escola neoinstitucionalista.

É notável, portanto, a importância das comissões permanentes do Senado brasileiro, seja pela descentralização, especialização e caráter terminativo de suas decisões, seja por serem ferramentas por meio das quais os senadores podem aumentar as chances de reeleição e os partidos podem garantir sua influência sobre as bancadas. Conforme mencionado anteriormente, a complexidade das comissões pode ser atestada ao analisar suas funções e estruturas pela ótica da escola neoinstitucionalista, já que é possível observar as três linhas que sistematizam o papel desses grupos no processo legislativo sendo exercidas simultaneamente.

Acerca da divisão temática<sup>10</sup>, embora a CCJ e a CE figurem enquanto as comissões mais importantes, é possível observar a abrangência de temas, desde serviços de infraestrutura e segurança pública até direitos humanos e esporte.

Conclui-se, portanto, que as comissões permanentes podem ser entendidas como espaços estratégicos de poder, em especial os postos de presidência e vice-presidência, diante de suas obrigações e prerrogativas, mas especialmente devido a forma como os cargos são preenchidos. Conforme apontado, embora a escolha seja

---

<sup>10</sup> A classificação das comissões conforme o tema será abordada com maior detalhe no capítulo 3 deste trabalho.

feita via eleição pelos membros do próprio grupo, são também realizados acordos entre líderes e Mesa Diretora.

### 2.1.2 AS MULHERES NO SENADO

Não obstante a conquista do sufrágio feminino no Brasil em 1932 (MARQUES, 2019), passados 90 anos, em 2022 apenas 17 das 81 cadeiras do Senado brasileiro foram preenchidas por mulheres, sejam elas titulares ou suplentes, totalizando 21% de ocupação.

A primeira mulher a tomar posse na Câmara Alta no Brasil foi Eunice Michiles, em 31 de maio de 1979, quando foi recebida pelos colegas parlamentares com flores, chocolate e poesia (SENADO FEDERAL, 2019). Quando da promulgação da Constituição Federal de 1988, nenhuma mulher fazia parte do grupo de senadores constituintes; foi no ano seguinte que a senadora Alcoque Bezerra assumiu o mandato por três meses enquanto suplente do então senador José Afonso Sancho. No que diz respeito às comissões permanentes após a redemocratização, as primeiras senadoras a participarem de comissões foram Marluce Pinto e Júnia Marise em 1991; a primeira mulher a ocupar a cadeira de vice-presidente foi Emília Fernandes, em 1995, sendo também a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente de comissão permanente, em 1999. No ano de 2022, das 17 senadoras que exerceram mandato, duas atuaram como presidentes de comissão: Katia Abreu e Margareth Buzetti; e duas ocuparam a cadeira de vice-presidentes: Leila Barros e Zenaide Maia<sup>11</sup>.

A baixa ocupação por mulheres de cargos públicos eleitos não é exclusividade da Câmara Alta brasileira: na tabela abaixo é possível observar a média global do percentual da presença de mulheres ocupando cadeiras em parlamentos nacionais em dezembro de 2022:

---

<sup>11</sup> Essas informações compõem o banco de dados utilizado no presente trabalho. As fontes incluem o Relatório da Presidência do Senado Federal, o site do Senado Federal, bem como o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDHB/FGV).

TABELA 1 – MULHERES NOS PARLAMENTOS: MÉDIAS GLOBAIS (2022)

<b>Texto</b>	<b>Câmara Baixa</b>	<b>Câmara Alta</b>	<b>Todas as Câmaras</b>
Total de membros no parlamento	37,646	7,064	44,710
Homens	27,682	5,231	32,913
Mulheres	9,964	1,833	11,797
Percentual de Mulheres	26.5%	25.9%	26.4%

FONTE: Inter-Parliamentary Union - IPU (2023).

Da leitura da tabela é possível observar tanto a baixa presença de mulheres nos parlamentos, quanto um certo equilíbrio entre o percentual de mulheres ocupando cadeiras em ambas as Câmaras. Essa diferença pode ser observada também no Brasil: Conforme mencionado, em 2022 apenas 21% das cadeiras do Senado Federal brasileiro foram ocupadas por mulheres, titulares ou suplentes, valor abaixo da média global de 25,9%.

Na tabela abaixo é possível comparar a média regional da presença de mulheres nos parlamentos do continente americano, onde os baixos índices se repetem. Nesse recorte, o Brasil também está abaixo da média da América do Sul (29,6%) e bastante longe da marca de 42,5% da América do Norte.

TABELA 2 – MULHERES NOS PARLAMENTOS: MÉDIA REGIONAL (2022)

<b>Região</b>	<b>Sub-região</b>	<b>Câmara Baixa</b>	<b>Câmara Alta</b>	<b>Todas as Câmaras</b>
Américas		34.7%	34.6%	34.7%
	Caribe	41.0%	32.2%	39.7%
	América do Norte	37.6%	42.5%	38.6%
	América do Sul	30.9%	29.6%	30.6%
	América Central	29.4%	35.7%	29.5%

FONTE: Inter-Parliamentary Union - IPU (2023).

Os dados acima corroboram com o entendimento da literatura sobre o tema: em sua maioria, os sistemas políticos apresentam uma proporção díspar da presença feminina em cargos e posições de poder e influência na vida pública (YOUNG, 2006; MATOS, 2011; SCHUMAHER, 2015). De forma geral, os motivos para a baixa participação feminina nas esferas do poder institucional são diversos e vão desde a socialização diferencial entre homens e mulheres e o acesso desigual aos recursos econômicos e sociais em razão da divisão sexual do trabalho e da posição na família, até as estruturas dos Estados, os regimes políticos, o sistema eleitoral e a organização dos partidos (AVELAR, 2001; BARBOSA, 2019; BIROLI, 2018; BRAZIL, 2020; PAULA, 2018; SANTOS; PAULA; SEABRA, 2012).

Especificamente em relação ao baixo índice de mulheres eleitas para ocuparem cadeiras no Senado brasileiro, os seguintes pontos merecem destaque: o sistema eleitoral, os partidos políticos e a experiência política:

O sistema eleitoral é apontado em diversos estudos (ARAÚJO, 2005; MOREIRA; BARBERIA, 2015; ALVES; ARAÚJO, 2009; MATOS, 2011) como fator importante para a eleição de mulheres, sendo o sistema proporcional, principalmente de lista fechada com reserva de vagas por gênero (BRAGA, 2021), entendido como mais favorável, em especial, por incentivar a entrada de candidatas sem ou com pouca experiência na política (ARAÚJO, 2005). Conforme explica Matland (2005), isso ocorre devido ao fato de os sistemas proporcionais apresentarem magnitude distrital maior em comparação aos sistemas majoritários, aumentando as chances de o partido obter mais assentos no parlamento (JONES *et al.*, 2012). Conforme mencionado, as eleições para o Senado brasileiro são feitas por meio do sistema majoritário, no qual o vencedor é o candidato que recebe o maior número de votos; soma-se a isso o fato de os períodos de mandatos serem longos (8 anos) e o número de cadeiras no Senado (81) ser menor que na Câmara dos Deputados (513). Tais fatores resultam em uma menor taxa de renovação política, tornando a competição por esses assentos intensa e altamente competitiva.

Os partidos políticos também têm relevância em relação ao tema (ÁLVARES, 2008a, 2008b; ARAÚJO, 2005; BRAZIL, 2020), pois têm como função primordial a seleção e nomeação dos candidatos. O processo de seleção pode ser mais ou menos burocrático (MATLAND, 2005); em outras palavras, pode apresentar mais ou menos regras para o ingresso de candidatos e essas regras podem ser mais ou menos detalhadas. Dessa forma, quanto mais burocrático, ou seja, quanto mais regras claras e detalhadas comporem o processo de seleção de candidatos, maiores são as chances de mulheres serem selecionadas para concorrerem nas eleições. Isso decorre do fato de que a ausência de regras ou a falta de clareza destas é uma barreira impeditiva para as possíveis candidatas adentrarem no círculo de poder do partido. Álvares (2008a) explica que o processo de seleção de candidatos pelos partidos políticos no Brasil é altamente complexo e composto de regras de interações entre os atores políticos que ocorre em uma base informal<sup>12</sup> de seleção variando, inclusive,

---

<sup>12</sup> De acordo com a autora, embora formalmente não existam óbices para as candidaturas de mulheres, nos procedimentos de indicação prevalece informalmente “a composição da lista nominal como

conforme o partido político (COSTA *et al.*, 2013; ARAÚJO; BORGES, 2013; ALVES; ARAÚJO, 2011, 2005).

Por fim, a experiência política é um fator de grande relevância (SACCHET, 2012; LEMOS, 2008; IDEA, 2002), posto o Senado ser, tradicionalmente, composto por políticos mais experientes, mais velhos, mais ricos e com maior nível de instrução em comparação aos deputados (LLANOS, SÁNCHEZ, 2008, p. 124). Em estudo comparativo tomando como objeto as carreiras de senadores no Brasil e nos Estados Unidos, Bohn (2007) conclui que a pouca experiência e profissionalização política tardia são grandes obstáculos para que as mulheres obtenham sucesso eleitoral na Câmara Alta; por outro lado, explica a autora, conforme as mulheres acumulam experiência política elas se tornam tão competitivas quanto os homens.

De forma a diminuir esse hiato, no Brasil, a Lei nº 9.504/1997, chamada de Lei das Eleições (BRASIL, 1997), estabelece a obrigação dos partidos de preencher um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas entre seus candidatos em eleições proporcionais. Embora o objetivo da lei seja assegurar a participação mais igualitária entre homens e mulheres que concorram a cargos eletivos do poder legislativo, há grande debate acerca dos resultados obtidos até o momento (ARAÚJO, 1998; 1999; 2001; MATEO-DIAZ, 2006; MARTINS, 2007; MIGUEL, 2008; SAGOT, 2009; GATTO; WYLIE, 2018; ARAÚJO; RODRIGUES, 2023). No que compete a aplicação da lei no âmbito do Senado, em sendo o percentual mínimo destinado para candidaturas em eleições proporcionais, as eleições para as cadeiras da Câmara Alta não são contempladas, já que os senadores são eleitos por meio do sistema majoritário. Entretanto, conforme observa Bohn (2007), a ocupação de cadeiras no Senado é feita principalmente por candidatos com larga experiência política, sugerindo que a ampliação da participação de mulheres na Câmara Alta passa pela participação em outras esferas do poder institucional, como a Câmara Baixa, por exemplo (PAULA, 2018, p. 41).

Em síntese, é possível observar que ainda é baixa a participação de mulheres nas Câmaras Altas, não sendo o caso do Brasil uma exceção. Os estudos apontados sobre a entrada das mulheres no Senado brasileiro revelam uma série de desafios

---

arranjo dos dirigentes partidários sem que haja uma consulta direta aos/às filiados/as” e a “entrega de uma única relação de competidores para aprovação pela assembléia”. (Álvares, 2008b, p. 918 - 919).

estruturais que impactam diretamente a participação feminina na esfera política. Aqui, a teoria do teto de vidro emerge como uma lente valiosa para observar a existência de barreiras invisíveis que limitam o acesso das mulheres às mais altas esferas do poder, sendo apontadas, a título de exemplo: a competição intensa do sistema majoritário, a burocracia nos processos de seleção partidária e as dificuldades em obter experiência política.

Assim, a eleição de uma mulher a uma cadeira do Senado é algo de extrema importância, pois representa a superação de diversas barreiras e a conquista de espaços antes ocupados apenas por homens. Entretanto, há que se atentar aos desafios enfrentados por essas mulheres mesmo após eleitas, já que a garantia do cargo não significa que as competências por ele exigidas serão exercidas sem percalços. Nesta seara, podemos falar desde violência política de gênero (GRUNEICH; CORDEIRO, 2020; KROOK; SANÍN, 2016; BIROLI, 2016) até a existência de uma limitação velada e invisível presente em uma espécie de insulamento temático que dificulta quando não a entrada, a permanência das mulheres em determinados cargos e áreas de atuação.

Essa limitação pode ser explicada por meio da teoria da divisão sexual do trabalho, a ser explorada mais detalhadamente no próximo capítulo. Tal teoria destaca a influência das expectativas sociais sobre os papéis de gênero na moldagem das oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres em suas carreiras políticas.

## 2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – ONDE AS SENADORAS ESTÃO?

Ao desvelar as complexidades que permeiam a representação feminina no Senado, este capítulo oferece um panorama crítico que prepara o terreno para uma análise mais aprofundada sobre as dinâmicas de poder, equidade e desigualdade de gênero, examinando como a divisão tradicional do trabalho entre os gêneros contribui para moldar o cenário político brasileiro. Essas perspectivas proporcionam uma base para a compreensão das raízes dos desafios enfrentados pelas mulheres na política e um feixe de luz para a formulação de estratégias eficazes que visem superar essas barreiras persistentes.

Conforme demonstrado, é evidente a presença diminuta das mulheres nas esferas de poder. Porém, para além da baixa presença, é recorrente que as mulheres, em especial ao ocuparem cargos eletivos no Poder Legislativo, atuem

predominantemente em temas voltados ao cuidado em detrimento de temas referentes à gestão econômica e política estatal em uma espécie de insulamento temático. Acerca do tema, há diversos estudos na área que corroboram com esse entendimento (AVELAR, 2001; KERGOAT, 2009; MIGUEL; FEITOSA, 2009; MIGUEL; BIROLI, 2011; FRANCO, 2021).

No que compete a origem das desigualdades de gênero, explica Biroli (2020, p. 21) que tal fenômeno se dá por meio de convenções e práticas sociais que acabam por orientar interesses e preferências dos indivíduos. De acordo com Sonnert (1995), isso implica na ativação de estereótipos nos quais a agressividade e o sucesso são características masculinas enquanto que o cuidado e compreensão são características femininas. Esses estereótipos, ao lado da divisão sexual do trabalho, são capazes de produzir uma série de desvantagens para as mulheres mesmo quando não há impedimentos legais (BIROLI, 2020, p. 23).

Historicamente, o âmbito de atuação das mulheres foi cerceado e reduzido por meio da separação das esferas pública e privada e da criação de normas que estabeleceram a submissão feminina ao ambiente doméstico como valor diferenciador da burguesia (FRASER, 1992, p. 114-115; ELEY, 1992). Enquanto o ambiente privado e doméstico ficou relegado às mulheres, aos homens coube a vida pública, institucionalizando o poder masculino por meio da incorporação de parte da vida social à burocratização do estado e ao controle jurídico (BIROLI, 2020, p. 24). Como consequência, mesmo diante dos avanços da participação feminina na política, as mulheres permanecem em uma esfera temática restrita às áreas consideradas apropriadas ao gênero, distanciando-as das posições centrais do campo político (MIGUEL, 2014, p. 236). Tal naturalização da divisão sexual é reconhecida por Bordieu (2021) que afirma existir uma neutralidade no que é associado como masculino, não demandando, portanto, de legitimação. Conforme o autor:

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas de *representação* e em particular todas as trocas de honra, trocas de palavras (nos encontros cotidianos e sobretudo nas assembleias), trocas de dons, trocas de mulheres, trocas de desafios e de mortes (cujo limite é a guerra); [...] (BOURDIEU, 2014, p. 82-83)

Dessa forma, surgem duas esferas de atuação diferentes em um formato de oposição: tacitamente é relegado às mulheres o ambiente privado do lar, o cuidado e a passividade; e aos homens cabe o público, a socialização e a atitude ativa (BRAZIL, 2020, p. 77). Advém disso então a divisão sexual do trabalho e tempo na qual “as diferenças sexuais são convertidas em desigualdades nos papéis de gênero” (BARBOSA, 2019, p. 66) dificultando a entrada, participação e permanência das mulheres na esfera pública, e eximindo os homens dos trabalhos domésticos (BIROLI, 2018). Ainda, a dificuldade das mulheres em se inserirem na vida pública reflete diretamente nas possibilidades e no nível de envolvimento político, tornando a divisão sexual do trabalho não apenas um problema social, mas também político (BRAZIL, 2020 p. 109).

Como consequência dessa divisão, ao adentrar no ambiente público, as mulheres são associadas ao que Miguel (2014, p. 194) chama de um “eterno feminino” pois permanecem ligadas à ideia de cuidado dos outros, o que reforça a naturalização da atribuição dos papéis sexuais. Aqui, explica Phillips (1991, p. 49) que às mulheres é negado o direito de possuir interesses próprios, já que lhes é incumbido o papel de agente de “política do desvelo” (*care politics*) em função de ser inata sua preocupação com os outros antes de pensar em si mesma (MIGUEL, 2014, p. 195). O resultado então da participação das mulheres na política seria um suposto

[...] abrandamento do caráter agressivo (tido como inerente ao masculino) da atividade política e uma valorização da solidariedade e da compaixão, com uma maior preocupação em relação a áreas como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente. (MIGUEL, 2014, p. 194)

Explica ainda Miguel (2014, p. 231) que esse discurso de “política maternal” implica na perpetuação da divisão das tarefas, direcionando as mulheres para áreas sociais e permitindo aos homens atuarem nas tarefas que lhes permitem obter capital político. Ainda, importante destacar que essa relação entre gênero e áreas de atuação se dá de tal forma que o nicho da “política de desvelo” se torna muitas vezes a única opção disponível para as mulheres (MIGUEL e FEITOSA, 2009), condicionando não apenas como atuam mas também os próprios rumos de suas carreiras políticas (MIGUEL, 2014).

Na Ciência Política, tal divisão de temas pode ser feito conforme a seguinte classificação: *hard politics*, com assuntos relacionados à política estatal, infraestrutura

e gestão econômica; *soft politics*, que diz respeito aos temas de assistência social, educação, cultura e meio ambiente; e *middle politics*, ligado à temas mistos de *soft* e *hard* (MARQUES; TEIXEIRA, 2015, p. 4; MIGUEL; FEITOSA, 2009).

Nas pesquisas atinentes ao tema, na esfera da Câmara dos Deputados, cabe destaque aos trabalhos de Miguel e Feitosa (2009) e Marques e Teixeira (2015): ao analisar discursos pronunciados no plenário da Câmara dos Deputados, Miguel e Feitosa (2009) identificaram que as mulheres tendem a falar mais sobre temáticas de cunho *soft*, enquanto que os homens concentram-se em temas nas áreas *hard*. Apontam os autores que a atuação das parlamentares em temas *soft* tende a ser estratégica e temporária, de forma que ocorre uma transição para atuação nos temas *hard* à medida em que elas acumulam capital político (MIGUEL E FEITOSA, 2009, p. 216). Já o trabalho de Marques e Teixeira (2015) toma como objeto as parlamentares atuando em comissões e também aponta que há uma maior concentração de deputadas atuando em temas de *soft politics*. Os autores destacam que os temas *hard* compõem o chamado “núcleo duro” do jogo político pelo fato de tratarem de assuntos na esfera da gestão política e econômica, ao passo que os temas *soft* têm papel coadjuvante, pertencendo a espaços periféricos de menor reconhecimento. Como consequência, “[e]sse viés de gênero presente no Parlamento guetifica as mulheres, uma vez que elas atuam em temas de menos prestígio.” (MARQUES E TEIXEIRA, 2015, p. 27).

Por fim, no âmbito da Câmara Alta<sup>13</sup>, o estudo de Costa (2018) que analisou comparativamente projetos de lei dos Senados brasileiro e argentino que versavam sobre “tributação” (*hard politics*), e “família, crianças, adolescentes, mulheres e idosos” (*soft politics*), constatou que no Senado brasileiro as parlamentares apresentaram maior participação no tema *soft*. Por outro lado, a pesquisa também apontou que, comparativamente à atuação dos senadores, há um comportamento parecido na área *hard*, sugerindo a existência do que a autora chama de “jornada dupla no legislativo” (COSTA, 2018, p.100).

Da mesma forma, o presente estudo também busca investigar se a divisão sexual do trabalho se faz presente no Senado Brasileiro no âmbito das comissões

---

<sup>13</sup> Costa também destaca que não se pode igualar o comportamento das deputadas e das senadoras no tema “tributação”, já que a participação das senadoras se assemelha a dos senadores, ao contrário do que apontam os estudos na área da Câmara dos Deputados.

permanentes. Por meio do mapeamento da presença das senadoras nas comissões entre 1991 e 2021 busca-se identificar se a tendência observada pelos autores acima citados se manifesta também nessa esfera da Câmara Alta, aqui entendida como um espaço estratégico de poder em função tanto de sua constituição quanto de suas atribuições, elementos estes já apresentados neste trabalho. Ressalta-se que este estudo não possui caráter comparativo entre a presença de senadores e senadoras, sendo realizado tão somente o mapeamento da presença das parlamentares seguido de análise dos dados.

### 2.3 CAPITAL POLÍTICO: DE ONDE AS SENADORAS VÊM?

O Senado, enquanto esfera de grande poder decisório com capacidade de direcionar mudanças na sociedade, é composto de atores políticos que ascendem por meio de embates no campo político. Conforme o entendimento de Brasil (2016, p. 194), tais disputas dependem da mobilização de recursos acumulados ao longo do tempo, posto que o Senado é composto por políticos “(...) detentores de inserções políticas prévias que lhes garantiram ganhos de aprendizado nas arenas públicas, que funcionam como capital político a habilitá-los para o mandato”. Na mesma linha e explorando a existência de conexões familiares na política, Carvalho (2023) explica que esses recursos são acumulados de forma desigual por esses atores, o que incorre em um acesso dispar à Câmara Alta já que, em sua maioria, os parlamentares que alcançam essa esfera de poder são:

(...) homens brancos, empresários, originários de estratos superiores da pirâmide econômico-social e de famílias políticas. Famílias estas, praticamente, hegemônicas, acopladas, por décadas, e, em alguns casos, por séculos, às cadeiras que deveriam representar os estados. (CARVALHO, 2023, p. 2)

Assim, o fato de o Senado ser uma esfera composta predominantemente por famílias políticas (OLIVEIRA, 2018; CARVALHO, 2018; GOULART, 2018) reproduz as desigualdades políticas, causando diversos prejuízos inclusive à igualdade de gênero (BIROLI, MACHADO, VAGIONE, 2020; BRAZIL 2020; OKIN, 2008). Nesta seara, há certas características biográficas, em especial referentes à origem e aquisição do capital político, que se apresentam de especial relevância tanto para o recrutamento eleitoral quanto para a atuação das mulheres já eleitas. Esse tema

também se apresenta como objeto de diversos trabalhos (PATEMAN, 1993; AVELAR, 2001; NORRIS, 2006; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; PINTO; SILVEIRA, 2018;).

No presente estudo utiliza-se o conceito central de capital político desenvolvido por Bourdieu (1996) e aplicado por Miguel (2003), bem como empregada nos estudos de Barbosa (2019), Brazil (2020) e Soares (2022).

Para Bourdieu (1996), o capital político diz respeito aos recursos e vantagens que um grupo ou indivíduo possui dentro de um campo político específico, não se limitando às instâncias formais, mas percorrendo também alianças e redes de contato, permeado por habilidades no jogo político e até mesmo por aptidões nos campos da retórica e persuasão. Da mesma forma que ocorre com o capital econômico e cultural, a distribuição do capital político é desigual e, conseqüentemente, obedece a regras de acumulação e reprodução. Como consequência, quem possuir mais capital político terá vantagem em relação aos atores que possuem menos. Acerca da obtenção de capital político, o processo se dá por meio da participação em instituições como sindicatos, movimentos estudantis, sociais e partidos políticos, por exemplo. Por outro lado, o capital político também pode ser transmitido por meio de conexões familiares (herança de família ascendente ou casamento), fenômeno esse que pode incorrer na formação de chamadas linhagens políticas, favores especiais e até mesmo padrões de vida específicos.

Segundo Miguel (2003), o capital político denota o reconhecimento, para participar ativamente na política, da legitimidade de certos indivíduos e grupos. Tal reconhecimento tem como base o capital cultural (treinamento/formação política), capital social (rede de contatos estabelecida) e capital econômico (recursos financeiros e ócio para atividades políticas). Sob esse ponto de vista, o capital político é elemento facilitador para a aceitação e a capacidade de influência de determinados atores políticos sobre outros na esfera pública. Assim, o autor aponta uma relação dinâmica entre o capital político e a carreira política, na qual o progresso na carreira requer capital político, ao passo que ocupar cargos de destaque amplia esse capital.

Especificamente em relação ao capital político herdado seja por ligações familiares e/ou matrimoniais, explica Barbosa (2019) que:

[n]ão obstante as bandeiras e as intensas representações nesses dois últimos séculos, o processo de incorporação das mulheres na esfera pública se configura como um processo lento e referenciado, basicamente, nos movimentos sociais e nas expressões de “herança familiar”. (BARBOSA, 2019, p. 216)

Também Brazil (2020), partindo do entendimento de Bourdieu sobre a competitividade e desigualdade de capitais no campo político, entende que a aquisição de capital político por herança familiar é de grande importância na corrida eleitoral de mulheres. De acordo com a autora:

Aqueles que começam com formas particulares de capital estarão em vantagem desde o início, como no caso de possuírem herança familiar, pois o capital do parentesco faz com que se mantenham no poder, seja pela vitória em eleições sucessivas, seja porque criam um círculo vicioso, no qual vão acumulando outros tipos de capitais. Assim, uma candidata que disputa a eleição apenas para fazer valer os interesses da família de perpetuação no poder geralmente goza também do capital econômico, porque já possui acesso livre dentro do partido em razão do capital do parentesco. (BRAZIL, 2020, p. 132-133)

Por fim, conforme explica Soares (2022, p. 135-136), o capital familiar é composto de diversos outros capitais obtidos, em especial, por meio da agregação e conversão de elementos de redes de relações dos mais diversos setores que vão desde organizações sociais até instituições públicas e privadas. A autora também ressalta que tanto homens quanto mulheres que ingressam no campo político se beneficiam com a herança de capital familiar, em consonância com o pensamento de Miguel, Marques e Machado (2015, p. 722) quando afirmam que boa parte da elite política brasileira apresenta origem familiar.

Partindo portanto do entendimento de que o capital político obtido por meio de herança familiar e/ou matrimonial confere certa vantagem nas disputas do ambiente político, em especial no Senado Federal, busca-se identificar na pesquisa que deu origem a este trabalho se as senadoras que ocuparam as cadeiras de presidência e/ou vice-presidência de comissões permanentes do Senado, aqui entendidas como espaços estratégicos de poder, apresentam ou não tal elemento biográfico. Ainda, em sendo o capital político formado por recursos oriundos de diversas esferas públicas e privadas, busca-se identificar também se há elementos em comum no que compete a entrada dessas senadoras na arena política.

### 3 MATERIAL E MÉTODOS

Este capítulo se divide em 3 partes, sendo as duas primeiras essencialmente teóricas: a primeira apresenta uma classificação da pesquisa que resultou neste trabalho quanto à sua natureza, abordagem, objetivos e procedimentos; a segunda traz explicações em relação a metodologia utilizada que contempla as técnicas de prosopografia e análise de conteúdo; e a terceira é uma narrativa de como essa pesquisa foi feita de forma que todos os que lerem este trabalho poderão, de alguma forma, se inspirar e reproduzir em estudos futuros o caminho (ou parte dele) aqui percorrido.

Neste momento, é importante deixar claro que este trabalho não é um estudo comparativo, mas um mapeamento que busca observar a presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal brasileiro, identificando possíveis tendências temáticas na participação das parlamentares. Ainda, ao tratar do perfil dessas mulheres, o objetivo é apontar elementos biográficos comuns referentes a construção de seu capital político, buscando também detectar possíveis tendências nessa esfera.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

De acordo com Silva e Menezes (2000) e Gil (1991), uma pesquisa pode ser classificada de acordo com sua natureza, abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos. Nesta etapa é apresentado como esta pesquisa foi realizada de acordo com essa classificação.

No que diz respeito à natureza, a pesquisa pode ser básica ou aplicada (SILVA e MENEZES 2000, p.20). Este trabalho é de natureza básica pois tem como objetivo gerar conhecimentos novos que possam ser utilizados no campo da ciência sem que haja a previsão de uma aplicação prática. O mapeamento da presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal, bem como o levantamento de elementos do perfil prosopográfico das senadoras que alcançaram uma cadeira de presidência ou vice-presidência de comissão, busca lançar luz na presença feminina no Senado entre 1991 e 2021 e reconhecer possíveis tendências de atuação dessas mulheres conforme a temática das comissões e de elementos biográficos.

Em relação à forma de abordagem do problema, uma pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa (SILVA e MENEZES, 2000, p. 20). Esta pesquisa pode ser classificada como quantitativa e qualitativa. Quantitativa pois, para realizar o mapeamento da presença das senadoras, foi necessário quantificar o número de senadoras em exercício bem como o número de senadoras participantes em cada comissão em cada ano do recorte temporal estabelecido. Aqui, os dados têm caráter quantitativo de forma que, ao traduzir em números essas informações, foi possível identificar a presença/ausência das senadoras nas comissões. A abordagem qualitativa se dá quando, partindo da quantificação desses dados, busca-se entender o fenômeno em seu contexto, dando sentido às informações encontradas do ponto de vista da classificação temática realizada. Importante destacar que os dados referentes ao perfil das senadoras possuem caráter qualitativo, assim como a abordagem utilizada para interpretá-los.

No que diz respeito aos objetivos, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. Esta pesquisa se apresenta essencialmente descritiva pois, conforme explica Gil (1991, p. 45), é utilizada com vistas a estabelecer correlações entre variáveis ou detalhar as características de uma população ou fenômeno específico; ainda, essa abordagem envolve a coleta de dados de forma padronizada, geralmente na forma de levantamento (GIL, 1991). Também de acordo com Sellitz *et al.* (1965), o objetivo da pesquisa descritiva é analisar minuciosamente um fenômeno ou uma situação, destacando o que está acontecendo com vistas a capturar de forma precisa as características seja de uma situação, de um grupo ou até mesmo de um indivíduo, além de revelar relações entre os eventos.

Acerca dos procedimentos técnicos para a coleta dos dados, foi realizada uma pesquisa documental<sup>14</sup> (GIL, 2002) nos arquivos do Senado Federal de forma que o levantamento dos dados referentes às comissões teve como fonte principal o Relatório da Presidência do Senado, publicado anualmente; na ausência de informações no referido Relatório, eventualmente também foram utilizadas informações extraídas do Diário Oficial. Para o levantamento dos dados dos perfis prosopográficos foram

---

<sup>14</sup> Conforme explica Gil (2002, p. 45-46), a pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica em função da natureza das fontes dos dados coletados: na pesquisa documental são utilizados materiais que não foram tratados analiticamente, como por exemplo os documentos provenientes de arquivos de órgãos públicos; já a pesquisa bibliográfica faz uso de contribuições de diversos autores acerca de um determinado assunto.

coletadas informações no site do Senado Federal e do Tribunal Superior Eleitoral, no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDHB/FGV), bem como na obra de Schumacher e Ceva (2015) que contempla as trajetórias na política de diversas mulheres brasileiras.

### 3.2 MÉTODOS DE ANÁLISE

Após realizar a classificação da pesquisa, são apresentadas nesta etapa informações sobre a utilização do método prosopográfico e de análise de conteúdo.

A técnica prosopográfica é utilizado com o objetivo de sistematizar e analisar dados de grupos situados historicamente (CHARLE, 2006), sendo possível, conforme Stone (2011) compreender as dinâmicas, os significados e os sentidos da ação política, bem como entender o tipo de mobilidade social em diferentes períodos históricos dentro de uma sociedade específica. Ainda, conforme explicam Heinz e Codato (2015, p. 253), a prosopografia não é apenas uma técnica de coleta de dados, mas um recurso metodológico com o qual é possível organizar dados biográficos de um grupo a partir de um problema sociológico.

Acerca do uso da internet para coleta de dados, conforme explicam Braga e Nicolás (2008, p. 108), as ferramentas disponíveis, quando empregadas de maneira apropriada e eficaz, contribuem não apenas para o aprofundamento do entendimento por parte das elites governantes, pesquisadores e público especializado, mas também facilitam o controle e monitoramento desses atores e da esfera pública em geral por parte dos cidadãos.

Além da prosopografia, neste trabalho é utilizada a análise de conteúdo. Acerca da técnica, explicam Sampaio e Lycarião (2021) que:

(...) é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 17)

Também sobre a análise de conteúdo enquanto técnica de análise de dados, explica Bardin (2011) que se trata de uma ferramenta com a qual se torna possível

transformar dados textuais em dados quantitativos com vistas a explorar pressupostos e hipóteses ou formular deduções lógicas através de análise qualitativa. A autora também aponta a existência de três fases<sup>15</sup> para a realização de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2011, p. 36): i) pré-análise: é quando se realiza a organização do material por meio da escolha dos documentos e do objetivo da coleta dos dados; ii) exploração do material: aqui é realizada a classificação e codificação das fontes; e iii) tratamento dos resultados: por meio da dedução lógica é realizada a interpretação dos dados.

Especificamente na etapa de codificação dos materiais, explica Bauer (2008) que é o momento em que o material coletado é transformado em dados possíveis de serem analisados, carregando em si tanto o material quanto a teoria que sustenta a pesquisa.

### 3.3 O CAMINHO PERCORRIDO

Pelo bem da transparência, didática e clareza das informações sobre como este trabalho se desenvolveu, peço licença a você, que está lendo este texto, para que eu interrompa o fluxo formal e acadêmico das palavras e faça uso, neste momento, da narrativa em primeira pessoa.

A faísca de informação que deu origem a esse trabalho veio de uma notícia, ainda na época da pandemia, que citava a agora Ministra e então senadora Simone Tebet como a única mulher na história brasileira a presidir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Então me perguntei: só agora uma mulher é presidente da CCJ? E as outras senadoras, onde estão?

Após pesquisar e ler diversos trabalhos tanto sobre o Senado quanto sobre a Câmara dos Deputados e não encontrar respostas para as minhas perguntas, iniciei o desenho desta pesquisa. Primeiramente defini meu objeto como sendo as senadoras; em seguida, delimito um espaço de tempo, que foi recortado de 1991 a

---

<sup>15</sup> Em seu manual de aplicação de análise de conteúdo categorial, Sampaio e Lycarião (2021) apontam as três fases apontadas por Bardin (2011) como sendo uma “excessiva simplificação do desenho e do processo de análise de conteúdo” (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 46), sugerindo posteriormente um esquema que contempla oito etapas para uma pesquisa em análise de conteúdo. Certamente o processo em oito etapas é de grande relevância para inúmeros trabalhos. Entretanto, para este trabalho especificamente, a sugestão de três fases proposta pela autora contempla as necessidades da pesquisa, em especial, devido ao recorte proposto e à forma de tratamento dos dados aplicada.

2021, um período de 30 anos que se inicia na 49ª legislatura (1991 – 1995) e se encerra na metade da 56ª legislatura (2019-2023); depois determinei que mapearia a presença das senadoras em todas as comissões permanentes do Senado identificando se essa presença é maior ou menor conforme o tema da comissão. Neste momento, também defini que faria um recorte no meu objeto e identificaria quem são e de onde vêm (no sentido da construção de capital político) as parlamentares que chegaram à presidência e vice-presidência dessas mesmas comissões.

Aqui, já havia estabelecido também as hipóteses que buscava confirmar ou refutar a partir dos dados coletados: i) as comissões com maior presença feminina versam sobre temáticas de cunho social (*soft politics*); e ii) há predominância da ocupação dos cargos de presidência e vice-presidência das comissões por senadoras cujo capital político é oriundo predominantemente de herança familiar e/ou matrimonial

Seguindo as fases propostas por Bardin (2011, p. 36) coletei e organizei os dados de todas as comissões entre 1991 e 2021 em planilhas do Excel. A principal fonte de dados foi o Relatório da Presidência, publicado anualmente pelo Senado Federal. As planilhas foram divididas por ano e, em cada uma dessas planilhas, criei uma tabela para cada comissão com os campos “nome” e “partido” dividida em duas colunas, uma para posição de titular e uma para posição de suplente. Também incluí os campos “presidente” e “vice-presidente”, seguidos de seus respectivos partidos. Vale destacar que, com base nas informações dos relatórios da presidência, atualizei o status de cada parlamentar em cada comissão conforme as mudanças que ocorreram durante o ano, como por exemplo substituições e alterações nas cadeiras de suplente para titular e vice-versa.

À medida em que criei essas tabelas, destaquei os nomes das senadoras e organizei esses dados em outra planilha com as seguintes colunas: “ano”, “nome”, “status” (para diferenciar as senadoras que exerciam mandato como titular ou suplente), “partido”, seguidas de uma coluna para cada comissão na qual eu identifiquei se, naquele ano, a parlamentar atuou na comissão como suplente, titular, vice-presidente ou presidente. Aqui é importante esclarecer que sempre que a parlamentar ocupa a cadeira de presidente ou vice-presidente também será, necessariamente, titular na comissão.

Já a coleta dos dados de perfil das senadoras foi feita principalmente a partir de informações do site do Senado e do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

(DHBB), além de outras fontes já citadas. Aqui também fiz uso de planilhas do Excel para organizar as informações. Seguindo os ensinamentos de Heinz e Codato (2015), mantive em mente que o objetivo da coleta dos dados seria organizar as informações biográficas de forma a identificar as principais fontes de capital político das senadoras que ocuparam as cadeiras de presidente e vice-presidente das comissões permanentes. Para isso, estabeleci que levantaria as seguintes informações:

- 1) Dados gerais: Nome, status (suplente ou titular), ano(s) em que atuou em comissão, comissão, cadeira (presidente ou vice-presidente), partido na data da posse.
- 2) Perfil social: Naturalidade; escolaridade; idade na data da posse.
- 3) Carreira Política: Legislatura(s) e tempo de atuação no Senado Federal; ocupação de cargo eletivo anterior; porta(s) de entrada na política institucional.
- 4) Atividades profissionais: Carreira profissional fora da política
- 5) Conexões interpessoais: Parentesco na política (família e/ou matrimônio).

Após o levantamento dos dados de todas as comissões e organização das informações sobre as senadoras, passei à exploração do material (BARDIN, 2011).

Primeiramente, para realizar o mapeamento da presença das senadoras nas comissões, quantifiquei as informações sobre o número de senadoras participantes e não participantes em cada comissão, bem como o número de senadoras que exerceram o mandato em cada ano do período estudado. Com esses números foi possível gerar os gráficos apresentados no capítulo 4 deste trabalho. Importante destacar que, por uma questão de objetividade e concisão, não foram diferenciadas as cadeiras de titular e/ou suplente ocupadas pelas parlamentares.

Em seguida, para identificar as principais fontes de capital político das senadoras, codifiquei e quantifiquei o item “porta de entrada na política institucional” e estabeleci os seguintes campos conforme as informações coletadas:

- atividades/movimentos sociais;
- atuação no movimento estudantil;
- atuação em movimentos sindicais;
- trabalho em cargo técnico (secretaria municipal, de partido ou consultoria jurídica em assembleia legislativa, por exemplo);
- candidatura a cargo eletivo anterior (sendo eleita ou não);

- outsider

Da mesma forma, após coletar as informações sobre as conexões interpessoais, estabeleci a seguinte classificação, seguida de quantificação, para o caso das senadoras que apresentaram ou não essas conexões de família ou matrimônio:

- família/herança (pais, avós ou tios na política);
- família/filhos
- família e casamento
- casamento
- não apresentou conexões de parentesco na política

Também prezando pela objetividade, não utilizei as demais informações levantadas, uma vez que os dados sobre a porta de entrada na política e as conexões interpessoais se mostraram suficientes para alcançar o objetivo dessa parte da pesquisa. Os gráficos referentes a essas informações também estão no capítulo 4 deste trabalho.

Por fim, na terceira etapa sugerida por Bardin (2011), realizei a interpretação dos dados “costurando” os resultados obtidos à teoria que sustenta a pesquisa.

Para o mapeamento, utilizei a classificação das comissões com base em Marques e Teixeira (2015) e Miguel e Feitosa (2009), bem como na ideia de “política do desvelo” (*care politics*) enquanto critério de categorização. Aplicando a teoria às peculiaridades da pesquisa, optei por usar as classificações de *hard x soft politics*<sup>16</sup>, tendo como exceção duas comissões que aglomeraram temas de ambas os espectros, classificadas então como “Mistas - *hard e soft politics*”, situação na qual a leitura dos dados foi feita de forma mais ampla e menos criteriosa. Ainda, considerei o tempo de funcionamento das comissões, já que algumas são bastante recentes e, em função disso, a leitura se torna peculiar em comparação às comissões com décadas de atividade; especificamente no caso da Comissão de Segurança Pública, por ter sido criada em 2021, não possui dados suficientes mesmo que para uma análise reduzida e, por isso, não foi incluída na pesquisa.

---

<sup>16</sup> Como o critério para classificar as comissões tem como base o contexto da existência ou não de características da “política do desvelo”, a categoria “*middle politics*” não foi considerada no presente estudo.

Abaixo, o quadro com as comissões permanentes do Senado com base na classificação temática proposta por Marques e Teixeira (2015) e Miguel e Feitosa (2009):

TABELA 3 – CLASSIFICAÇÃO TEMÁTICA DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL BRASILEIRO

<b><i>Hard Politics</i></b>	<b><i>Soft Politics</i></b>	<b><i>Misto – Hard e Soft Politics</i></b>
Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA – 2005 - 2016)
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização e Controle e Direito do Consumidor (CTFC)
Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)	Comissão de Meio Ambiente (CMA – 2017 - 2021)	
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)	Comissão de Educação (CE – 1991 - 2006)	
Comissão de Fiscalização e Controle (CFC)	Comissão de educação, cultura e esporte (CE - 2007 - 2021)	
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) <sup>17</sup>		
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA)		
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) <sup>18</sup>		
Comissão Senado do Futuro (CSF) <sup>19</sup>		

FONTE: A Autora (2023), com base em Marques e Teixeira (2015) e Miguel e Feitosa (2009).

<sup>17</sup> Marques e Teixeira (2015) classificam os temas de turismo e desenvolvimento regional como *middle politics*. Como o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal enfatiza que cabe à CDR opinar sobre matérias referentes a planos de desenvolvimento e integração regional, entende-se no presente trabalho que há uma prevalência dos assuntos econômicos e de infraestrutura em comparação a assuntos de ordem social, sendo a comissão aqui classificada como de *hard politics*.

<sup>18</sup> Marque e Teixeira (2015) também classificam temas voltados à tecnologia como *middle politics*. O art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal aponta que compete à CCT tratar de temas referentes desde desenvolvimento científico até acordos de cooperação internacional e utilização de materiais radioativos. Em não havendo ênfase em temas voltados ao cuidado e/ou questões sociais, essa comissão é aqui classificada como *hard politics*.

<sup>19</sup> Conforme o Art. 104-D do Regimento Interno do Senado Federal. “[à] Comissão Senado do Futuro compete promover discussões sobre grandes temas e o futuro do País, bem como aprimorar a atuação do Senado nessas questões”.

Já para a interpretação dos dados referentes ao perfil prosopográfico das senadoras, especificamente as fontes de capital político, a literatura de apoio consistiu nos estudos de Bordieu (1996), Miguel (2003), Barbosa (2019), Brazil (2020) e Soares (2022).

Assim, ao final, pude observar como se deu quantitativamente a presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal brasileiro entre 1991 e 2021, em quais comissões e temas houve maior e menor presença feminina e se essas informações corroboram com a teoria atinente ao assunto.

Também pude identificar quantas senadoras ocuparam cargos de presidência e vice-presidência das comissões e, em relação a essas parlamentares, quais elementos biográficos atinentes ao capital político de origem familiar e/ou matrimonial se mostraram mais e menos frequentes e se isso condiz com o que é apresentado pela literatura referente ao tema.

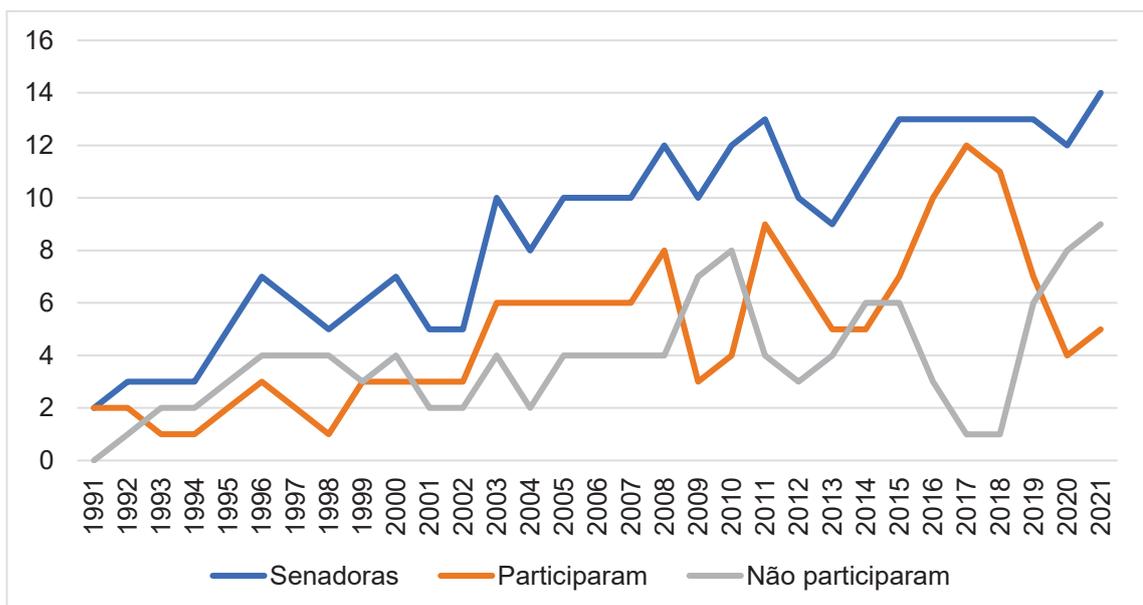
## 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 O MAPEAMENTO DA PRESENÇA DAS SENADORAS NAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO ENTRE 1991 E 2021

Abaixo é apresentado o mapeamento da presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal entre os anos de 1991 e 2021. Cada gráfico é acompanhado de uma leitura das informações, apontando tendências de crescimento ou diminuição da presença das parlamentares, bem como variações e/ou momentos-chave no decorrer do recorte das três décadas. Ao final de cada descrição, são tecidas considerações acerca do mapeamento no que diz respeito ao recorte temático realizado neste trabalho de forma que é apresentada uma leitura da presença das senadoras conforme o tema das comissões.

Cada gráfico contém as seguintes informações: no eixo x, o período – que pode variar conforme a comissão; no eixo y, o número máximo de senadoras titulares ou suplentes que exerceram mandato – número este que também varia conforme o período de tempo analisado. A linha azul representa o número de senadoras titulares ou suplentes com mandato em exercício; a linha laranja indica o número de senadoras titulares ou suplentes que atuaram na comissão; e a linha cinza aponta o número de senadoras que não atuaram na comissão.

GRÁFICO 1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (1991 - 2021)



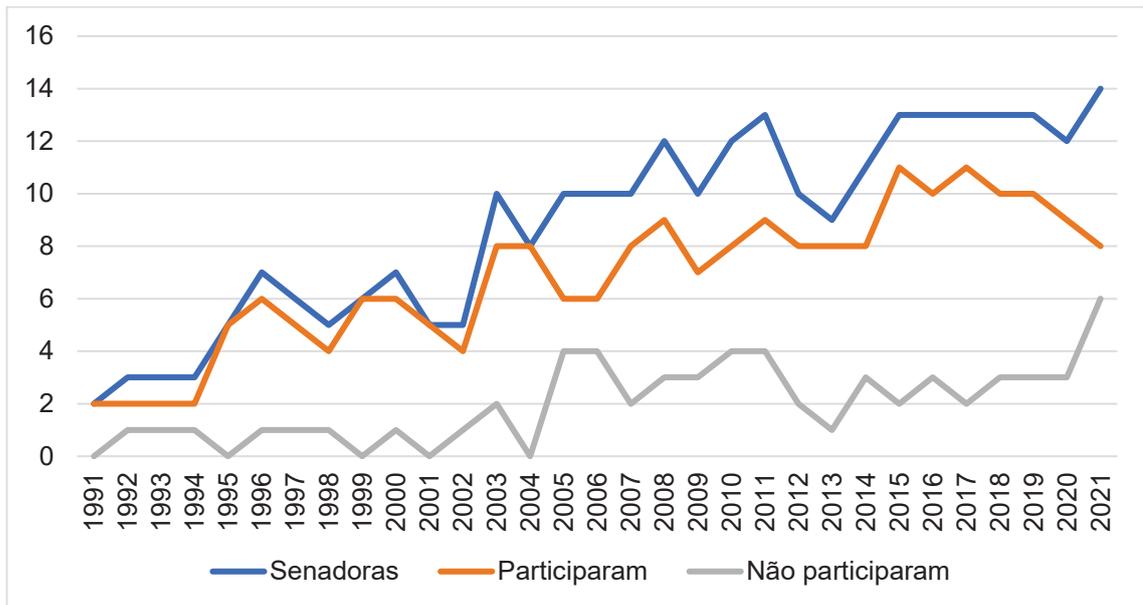
FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Entre 1991 e 2000 não houve aumento significativamente estável no número de mulheres que participaram da Comissão de Assuntos Econômicos, mesmo diante do aumento no número de senadoras. A partir de 2001 percebe-se uma tendência de crescimento no número de mulheres presentes na comissão, mantendo, pela primeira vez, níveis superiores do que das mulheres que não participaram. Porém, entre 2008 e 2009 houve uma redução significativa na presença das senadoras na comissão, retornando à tendência de alta em 2010. De modo geral o período de 2008 até 2013, no que compete à presença das mulheres nessa comissão, foi altamente volátil, apresentando um crescimento significativo a partir de 2015 e voltando a cair em 2019.

Importante destacar que de 2015 até 2020 não houve alteração no número de senadoras, então esse fator não pode ter influenciado na presença de senadoras nessa comissão especificamente.

Considerada uma das comissões permanentes mais importantes, a CAE tem seu tema classificado como *hard politics* e o mapeamento mostra que a presença das senadoras nessa comissão varia bastante no decorrer do tempo e há momentos em que, mesmo com um número grande de mulheres exercendo mandato, poucas delas participaram da comissão.

GRÁFICO 2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (1991 - 2021)

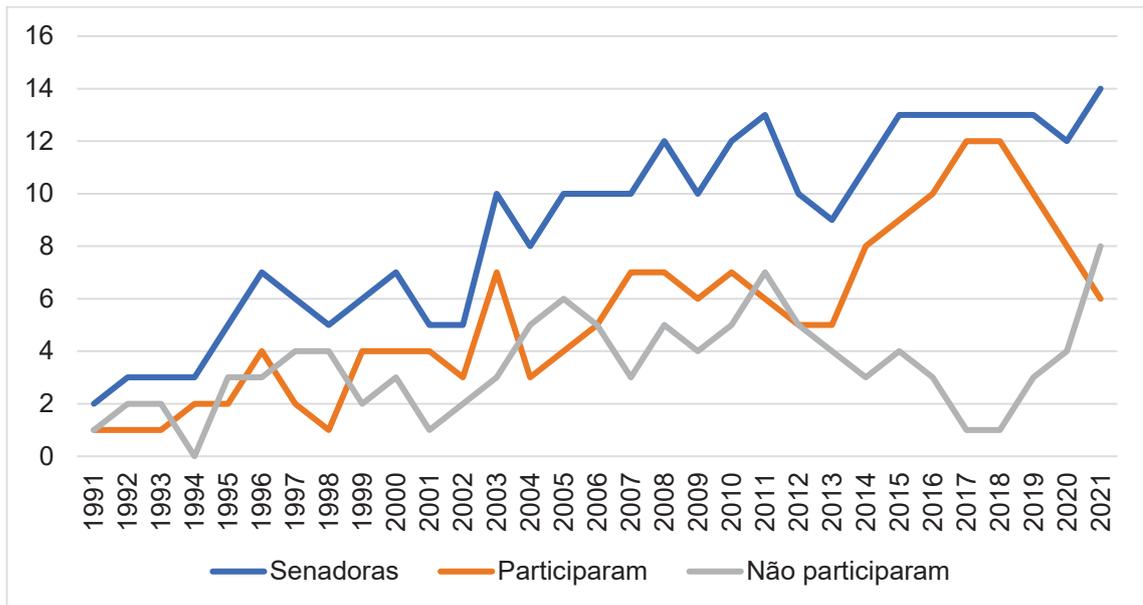


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal

Na Comissão de Assuntos Sociais é possível observar nitidamente que a variação na quantidade total de senadoras é acompanhada do aumento da presença das parlamentares na comissão. De modo geral, o comportamento da comissão em si não apresenta variação visto que as mulheres historicamente mantêm uma alta participação nessa comissão. Pontualmente, pode-se observar que os únicos momentos em que o índice de representatividade variou de forma oposta ao número de senadoras foi em 2004 e 2021.

Também sendo uma comissão de grande importância no Senado Federal, a CAS trata de temas sociais, entendidos como *soft politics*. O mapeamento realizado aponta de forma bastante clara a alta presença das parlamentares nessa comissão, reforçando o entendimento da literatura.

GRÁFICO 3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (1991 - 2021)



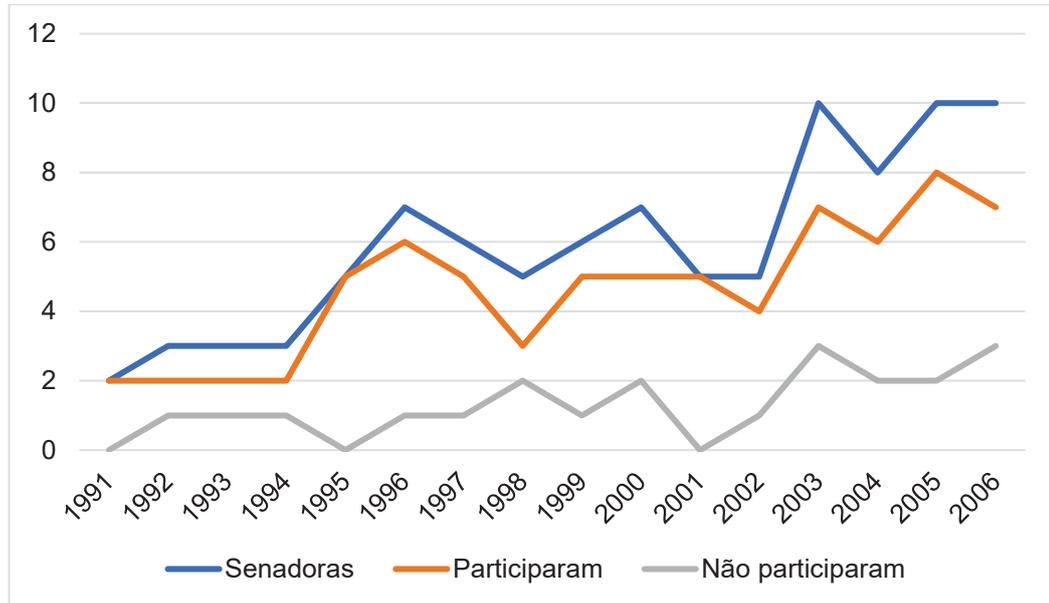
FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é possível observar um comportamento bastante variável e similar à CAE. Entre 1991 e 2012 a participação das mulheres nessa comissão apresenta grande volatilidade de forma que a presença das parlamentares foi mais acentuada entre 1999 e 2003, e entre 2007 e 2010. O período com maior alteração de comportamento iniciou em 2013, com tendência acentuada de alta na participação das mulheres, chegando próximo ao número total de senadoras em 2017 e 2018. A partir de 2019 a participação das mulheres passa a cair significativamente até o final do período observado.

A CCJ é vista, ao lado da CAE, como uma das comissões permanentes de maior relevância no Senado Federal. Versando sobre temas de *hard politics*, a CCJ também se assemelha à CAE no que diz respeito à presença das senadoras, apresentando variações e momentos em que o número de senadoras que não participam é maior do que o número de senadoras presentes na comissão.

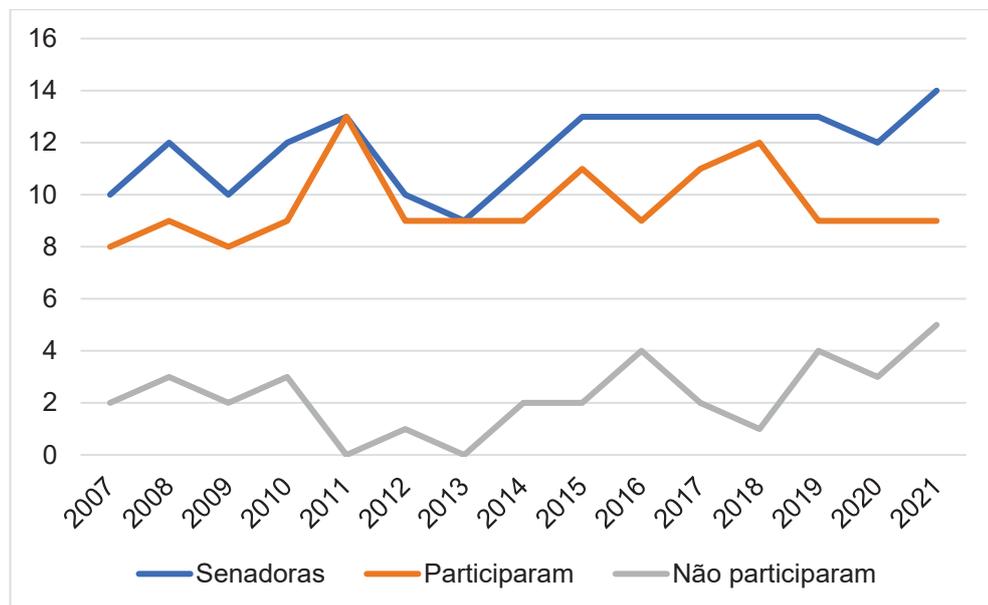
Tal inconstância condiz com o entendimento de que, embora as senadoras consigam galgar um posto na comissão, há grande dificuldade em mantê-lo no decorrer do tempo.

GRÁFICO 4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO (1991 – 2006)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal

GRÁFICO 5 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (2007 – 2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

A Comissão de Educação foi criada em 1991 e, em 2007 teve em seu escopo agregados os temas de cultura e esporte. Dessa forma, prezando pela clareza e transparência dos dados, são apresentados dois gráficos, um para cada período da comissão.

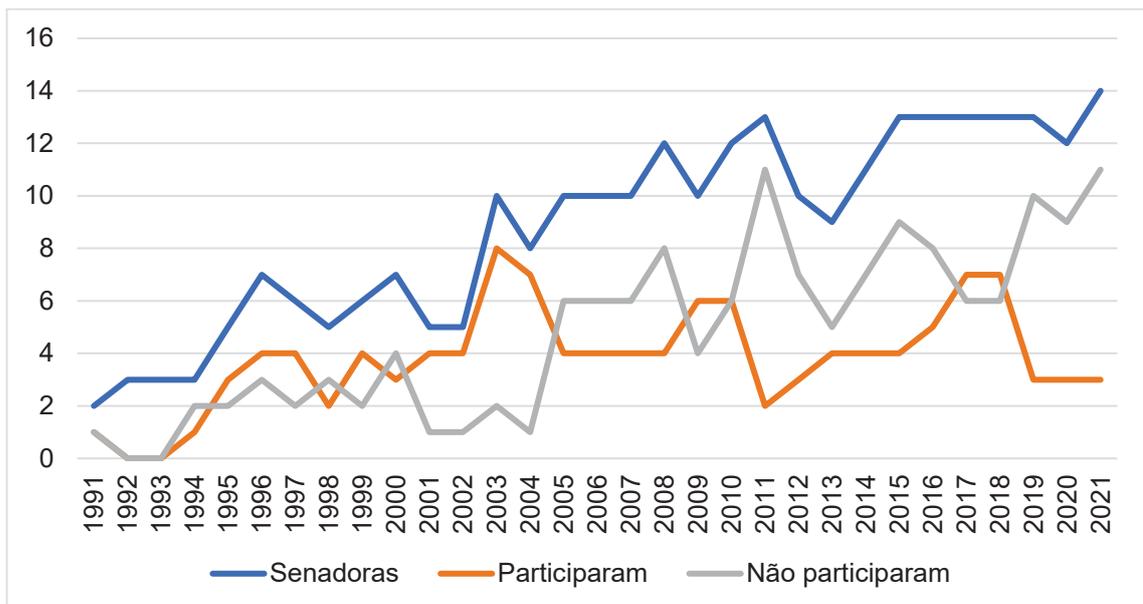
No primeiro gráfico, quando o tema era apenas educação, é possível observar um comportamento semelhante ao da CAS no período observado. O aumento da presença das mulheres nessa comissão acompanha o crescimento no número total de senadoras de forma que o comportamento da comissão em si não apresenta variação.

É notório que as mulheres mantêm historicamente um alto índice de participação nessa comissão, havendo momentos em que todas as senadoras com mandato em exercício faziam parte da comissão, fato este que ocorre nos anos de 1991, 1995 e 2001.

No segundo gráfico, após a agregação dos temas de cultura e esporte à CE, vale a mesma leitura de quando a CE tratava apenas de educação. No período analisado não houve alteração significativa de comportamento e, em 2011, é possível observar que o número de senadoras participantes foi o mesmo de senadoras com mandato em exercício.

No que diz respeito a leitura dos dados do ponto de vista da classificação temática, educação, esporte e cultura são temas de *soft politics*, de forma que a alta presença de mulheres nessa comissão condiz com as tendências apontadas pela literatura.

GRÁFICO 6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (1991 - 2021)

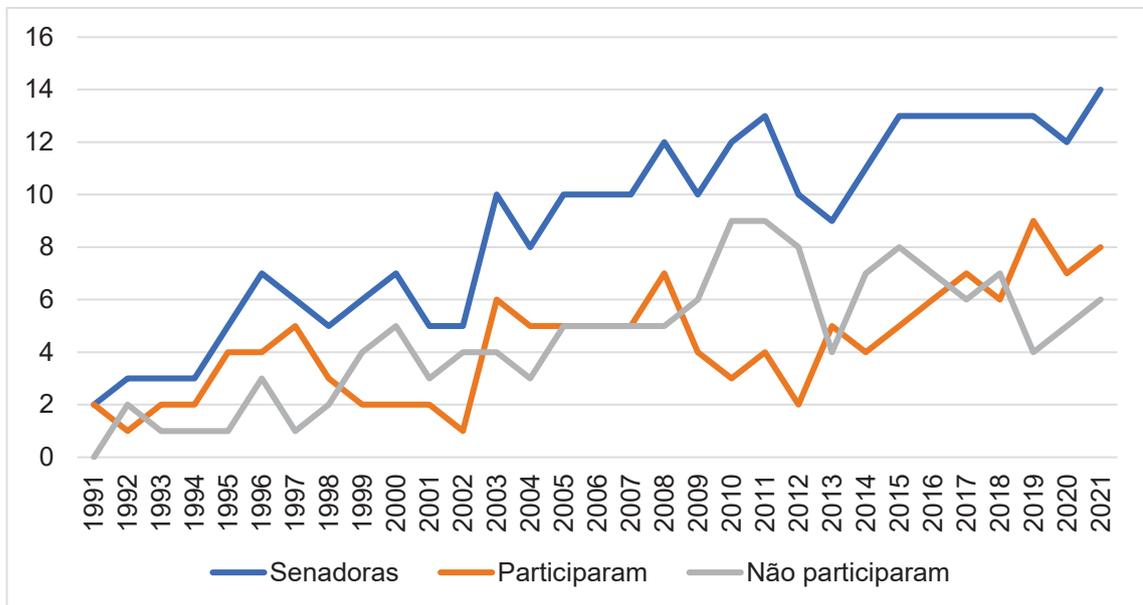


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura apresenta comportamento semelhante ao da CAE e CCJ. As mulheres conseguem chegar a um posto na comissão, mas não conseguem se manter por muito tempo. Porém, ao contrário das outras duas citadas, a CI não teve o movimento de ascensão na participação das mulheres a partir de 2014 e 2015. A variação do gráfico mostra que a participação das mulheres na comissão de infraestrutura é baixa durante todo o período analisado. O único período em que o índice de participação apresenta mudanças contrárias ao comportamento normal foi entre 2002 e 2003, quando o número de mulheres que participaram chegou a oito, ao passo que durante todos os outros anos a participação das mulheres passou de quatro em momentos pontuais.

Assim como a CAE e CCJ, a CI trata de temas entendidos como *hard politics*. Similarmente às outras comissões de mesma classificação, há volatilidade na presença das senadoras com momentos de baixa participação e, pontualmente, momentos de alta presença. Tal comportamento condiz com a tendência apontada pela literatura sobre o tema.

GRÁFICO 7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (1991 - 2021)

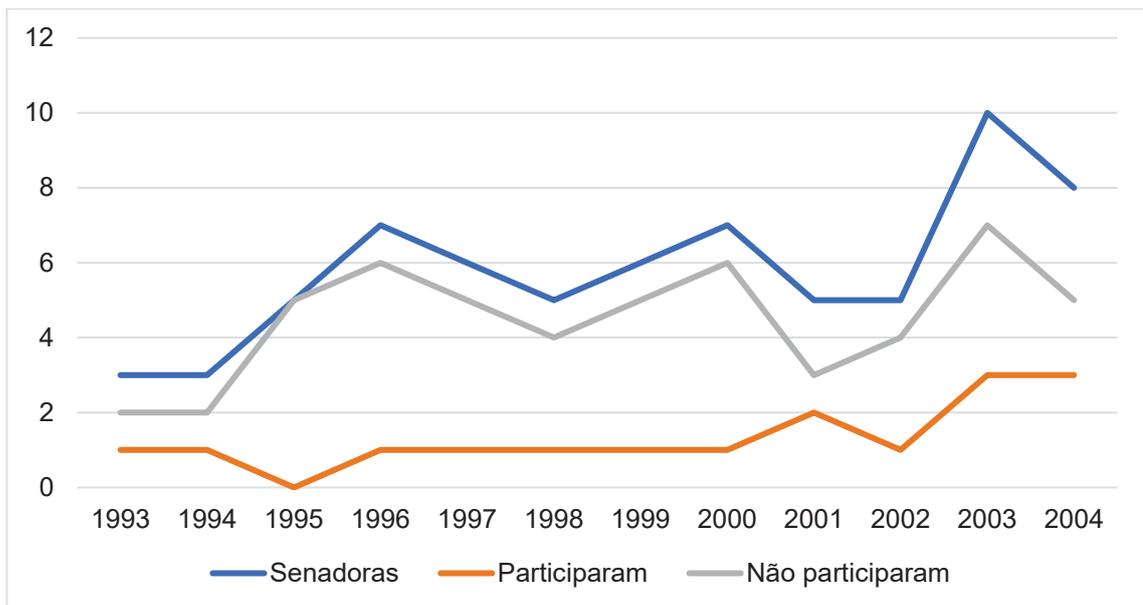


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Da leitura dos dados referentes à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, é possível perceber que as senadoras conseguiram manter uma alta presença entre 1994 e 1998, seguido de um período de queda até 2001 e de um crescimento acentuado em 2002. Percebe-se que o número de senadoras participantes da comissão não acompanha o crescimento no número de senadoras exercendo mandato, como pode ser observado no período entre 2009 e 2012, quando o número de senadoras ocupando cadeiras na comissão caiu consideravelmente. A presença das mulheres apresentou um aumento nos anos seguintes, mas não a ponto de impactar significativamente no comportamento histórico da comissão.

Classificada como uma comissão que trata de temas voltados a *hard politics*, a CRE apresenta dados de participação das senadoras similares à CAE e CCJ onde há oscilação entre alta e baixa presença no decorrer do tempo.

GRÁFICO 8 – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (1993-2004)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Na Comissão de Fiscalização e Controle, o período observado (1993 a 2004) é menor do que das demais comissões, por esse motivo o gráfico não apresenta volatilidade acentuada. É possível observar que o comportamento do número de senadoras participantes da CFC não apresenta alteração significativa, se mantendo baixo durante todo o período e apresentando um pequeno aumento entre 2002 e 2003, porém de forma menos marcante que o número total de senadoras.

Classificado como tema de *hard politics*, os dados de presença de senadoras na comissão condizem com a tendência indicada na literatura sobre o tema.

Importante pontuar que o gráfico 8 trata de um período restrito (1993 a 2004). Conforme será observado a seguir, os gráficos 9, 10 e 11 apresentam dados de comissões com temas agregados à comissão de fiscalização e controle e que, devido a sua natureza diferente, podem versar sobre *hard* ou *soft politics*, de forma que uma mesma comissão pode apresentar os dois espectros da classificação.

Inicialmente, conforme visto no gráfico 8, de 1993 a 2004 a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) atuava unicamente nesse tema. Porém, a partir de 2005 e até 2016, a Comissão de Fiscalização e Controle (*hard politics*) foi agregada à Comissão de Meio Ambiente (*soft politics*) sendo ainda adicionado o tema de direito do consumidor (*soft politics*), conforme consta no gráfico 9. Destaca-se que nesta fase, a comissão passou a ser identificada pela sigla CMA, porém, após alterações que entraram em vigor em 2017, a CMA passa a tratar unicamente de matérias de meio ambiente (ver gráfico 18).

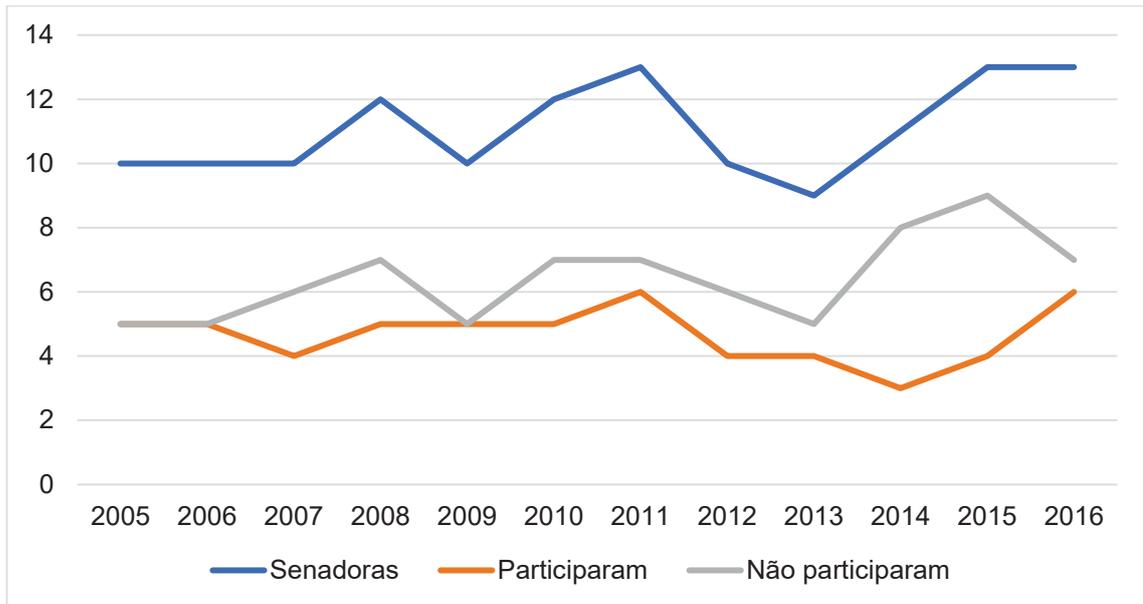
Posteriormente, conforme será visto no gráfico 10, em 2017 e até 2021, a comissão passa a tratar dos temas de transparência (*soft politics*), governança (*hard politics*), fiscalização e controle (*hard politics*) e direito do consumidor (*soft politics*), representada pela sigla CTFC. Aqui vale ressaltar que os temas de transparência e governança pública foram tratados em uma comissão separada nos anos de 2015 e 2016, período esse que também está contemplado no gráfico 10.

Prezando pela clareza dos dados, o gráfico 11 reproduz, novamente, o período entre 2017 e 2021 unicamente na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Direito do Consumidor (CTFC), de forma que foram excluídos os anos de 2015 e 2016 que, no gráfico 10, apresentam os dados da Comissão de Transparência e Governança Pública.

Acerca da agregação de temas nas comissões, há que se pontuar que as comissões possuem graus de importância diferentes, o que pode ser observado, por exemplo, na quantidade de cadeiras disponibilizadas para titulares e suplentes: enquanto a CAE, CCJ e CE possuem cada uma 27 assentos para titulares e 27 assentos para suplentes, a comissão de fiscalização e controle possuía apenas 17 cadeiras para titulares e 9 cadeiras para suplentes entre 1993 e 2004, passando a 17 cadeiras para titulares e 17 para suplentes no período de 2005 a 2021 após a inclusão dos temas acima apontados.

Dessa forma, os dados dos próximos três gráficos serão analisados com ênfase na presença das senadoras, haja visto que a classificação temática estrita (*soft* ou *hard*) se torna inviável em função da natureza diversa dos assuntos e matérias agregados às comissões.

GRÁFICO 9 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DIREITO DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (2005-2016)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

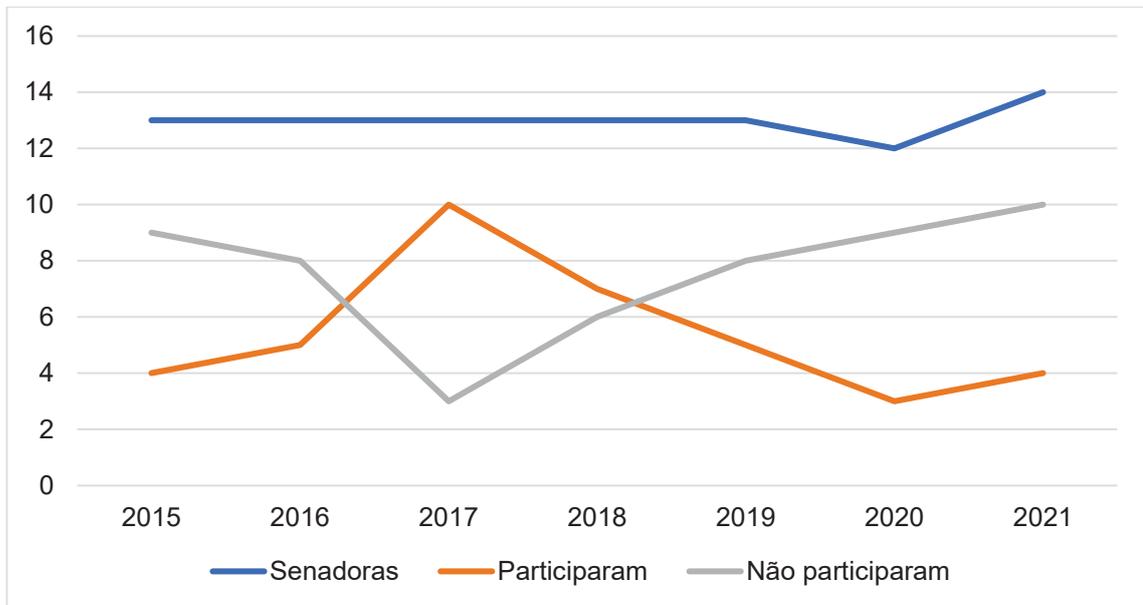
Assim como na CFC, o gráfico não apresenta volatilidade acentuada devido ao período de análise ser menor. O comportamento do número de presença das mulheres também não mostra variação significativa, seguindo uma tendência de acompanhamento do número de senadoras, com alterações somente entre 2013 e 2014, quando o número de senadoras aumentou e o de participantes diminuiu. De forma geral, a presença se mostra estável.

Do ponto de vista da classificação temática, meio ambiente e direito do consumidor são temas de *soft politics*, enquanto que fiscalização e controle pode ser classificado como *hard politics*. Devido a diferença entre as matérias, conforme mencionado anteriormente, se torna inviável uma interpretação estrita.

Porém, ao se observar o comportamento das linhas que representam as senadoras que participaram e não participaram das comissões tratadas nos gráficos 8 e 9, pode-se dizer que, embora tenham sido agregados temas de *soft politics* à

comissão de fiscalização e controle, a tendência de que o número de mulheres que não participaram seja maior que o de mulheres que participaram se mantém no decorrer do tempo.

GRÁFICO 10 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA (2015 e 2016) + COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DIREITO DO CONSUMIDOR (2017-2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Assim como nos dois gráficos anteriores, a volatilidade é menor devido ao curto espaço de tempo analisado, porém percebe-se um aumento significativo na participação das mulheres nessa comissão entre 2016 e 2017, voltando a cair a partir de 2019 e chegando a patamares inferiores aos observados no início do período avaliado.

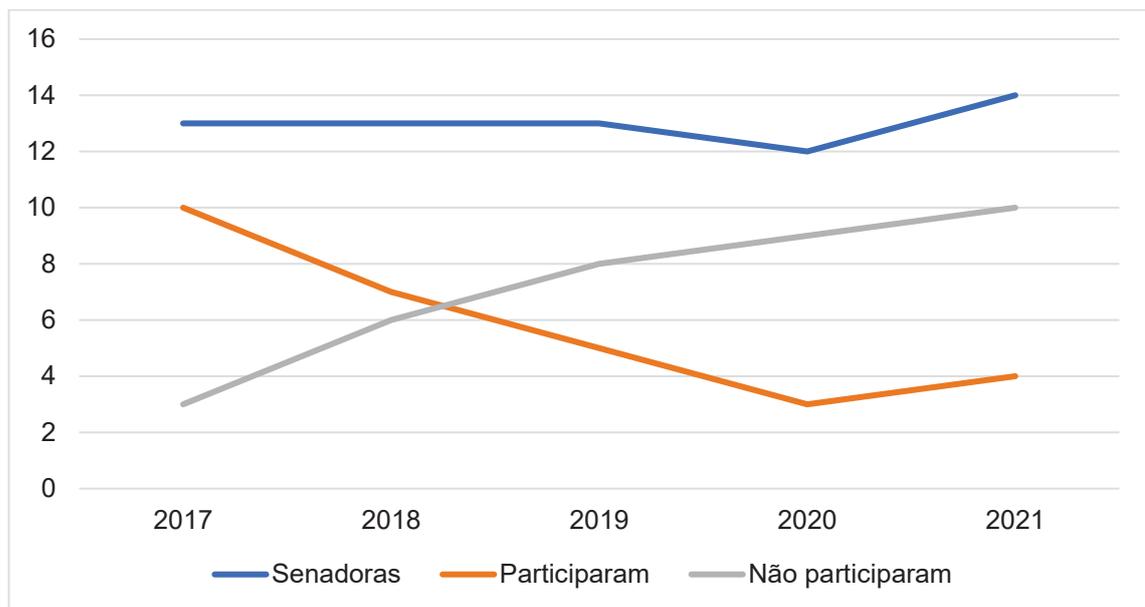
Acerca da classificação temática, cabe pontuar a exclusão do tema meio ambiente (*soft politics*) e agregação do tema transparência e governança pública (*hard politics*) aos já existentes fiscalização e controle (*hard politics*) e direito do consumidor (*soft politics*). Embora a maior parte das matérias tratadas pela comissão trate de *hard politics*, não é possível trata-la estritamente como tal, sendo inviável uma classificação estrita.

O gráfico a seguir (11) reproduz o gráfico anterior (10) sendo apenas excluído o período de 2015 a 2016 que contempla existência isolada da Comissão de Transparência e Governança Pública. Conforme já mencionado, a partir de 2017 essa

comissão foi agregada à comissão de fiscalização e controle e direito do consumidor concomitantemente à exclusão do tema meio ambiente.

Ainda, importante pontuar que não foi realizada análise isoladamente da presença de senadoras na CTG em função de seu curto espaço de tempo de funcionamento (2015 a 2016).

GRÁFICO 11 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA PÚBLICA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DIREITO DO CONSUMIDOR (2017-2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

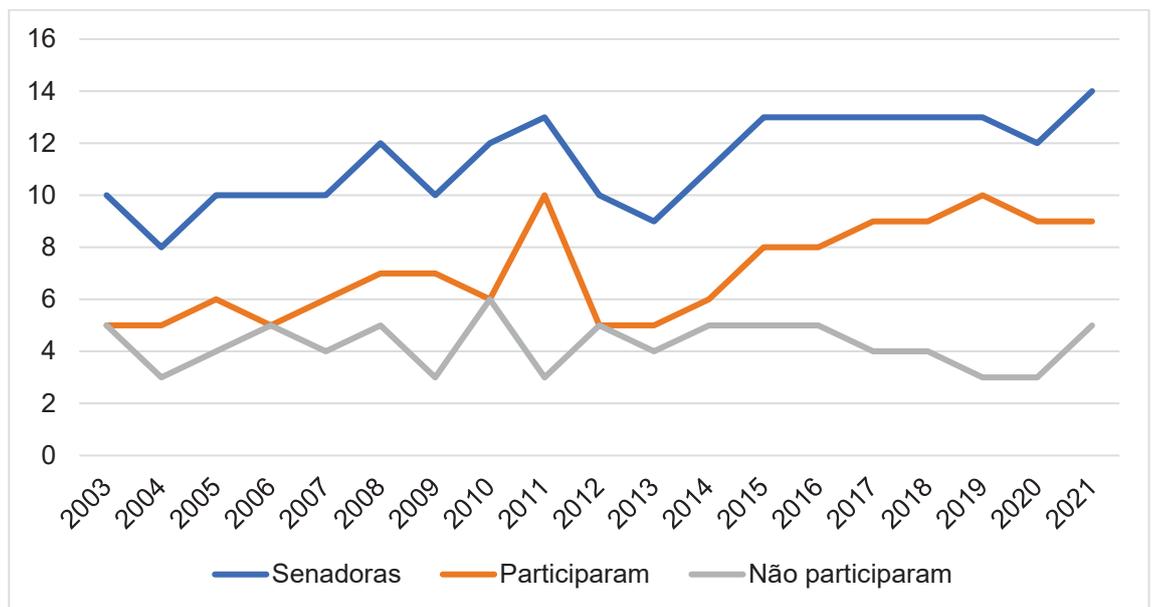
Aqui, o que pode ser pontuado é que se observa em 2017 pela primeira vez um número maior de mulheres participantes em comparação às não participantes, seguido de um declínio até 2020.

Esse comportamento não foi observado nos dois gráficos anteriores, sugerindo que exclusão do tema meio ambiente (*soft politics*) e inclusão do tema de transparência e governança pública (*hard politics*) pode ter influenciado no número de senadoras presentes.

Acerca dos gráficos 8, 9, 10 e 11, depreende-se que os dados das comissões ali indicados apontam que, em linhas gerais, há mais senadoras em exercício ausentes do que presentes nas comissões. É observado apenas um ano (2017) em que o número de senadoras presentes é maior que de senadoras não participantes.

Partindo do entendimento de que as comissões agregaram, no decorrer do tempo, temas de *soft* e *hard politics*, é inviável fazer uma classificação estrita, porém, é possível observar que, em havendo mais temas de *hard politics* do que de *soft politics*, há uma baixa presença de senadoras, entretanto, não é observada a volatilidade identificada na CAE, CCJ, CI e CRE.

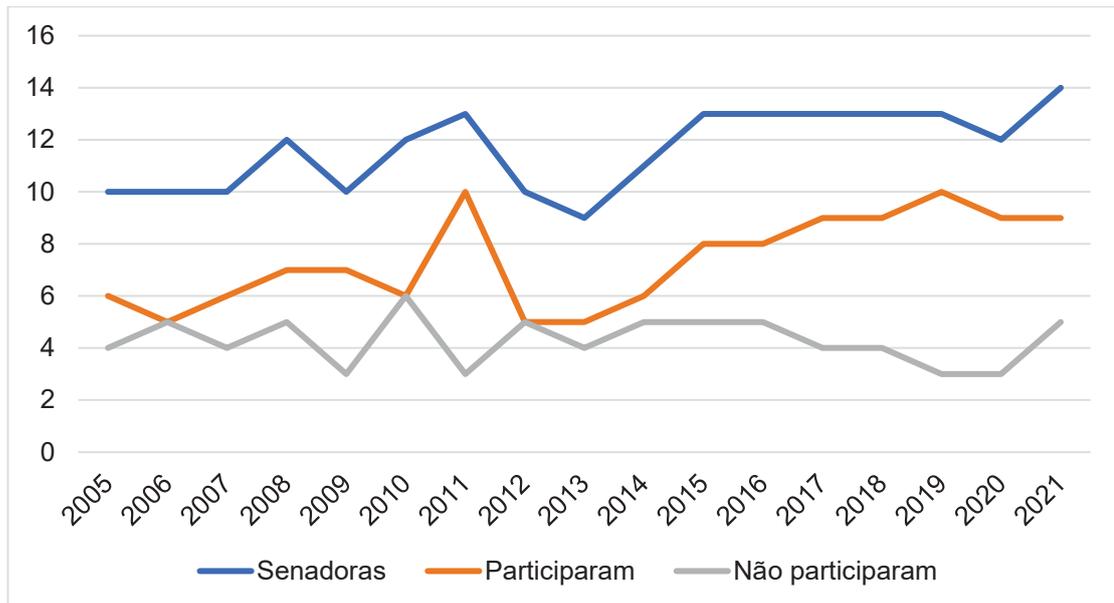
GRÁFICO 12 – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2003 - 2004) + COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2005 - 2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Similarmente ao que ocorreu nos gráficos 10 e 11, os gráficos 12 e 13 trazem alterações na composição temática de comissões permanentes. De 2003 a 2004, esteve em funcionamento a Comissão de Legislação Participativa. A partir de 2005 e até 2021 à CLP foi agregado o tema de direitos humanos. O gráfico 12 traz a representação da presença de senadoras no período de 2003 a 2021 e o gráfico 13 reproduz o gráfico 12, porém somente com dados da comissão após a inclusão da nova área de atuação.

GRÁFICO 13 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (2005 – 2021)

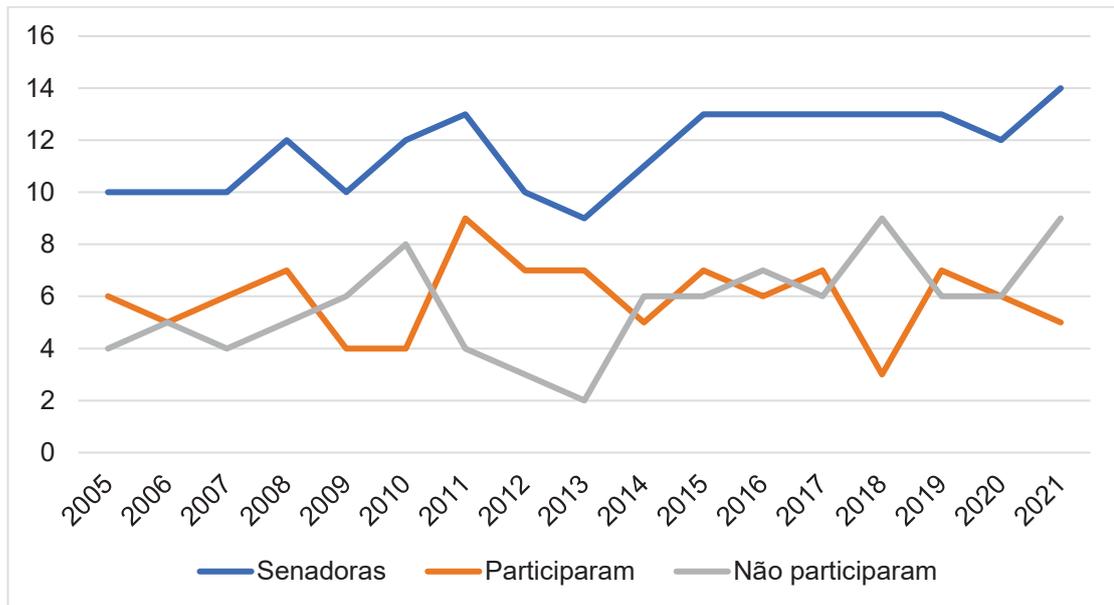


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa é possível observar um comportamento em linhas gerais semelhante aos da CAS e da CE, com maior presença do que ausência de senadoras com mandato em exercício. No período de tempo analisado, depreende-se que as mulheres mantêm historicamente uma participação alta, acima do número de senadoras não participantes, sendo identificada certa volatilidade somente entre 2010 e 2012, onde houve um pico acentuado na participação das senadoras em 2011, porém seguido do retorno aos patamares anteriores no ano seguinte. É também identificada uma tendência de alta na participação juntamente com o número de senadoras em exercício.

Em sendo ambos os temas de direitos humanos e legislação participativa entendidos como de *soft politics*, os gráficos apresentam congruência com os dados das demais comissões com essa linha temática (CAS e CE), estando em consonância com a literatura sobre o tema.

GRÁFICO 14 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (2005 – 2021)

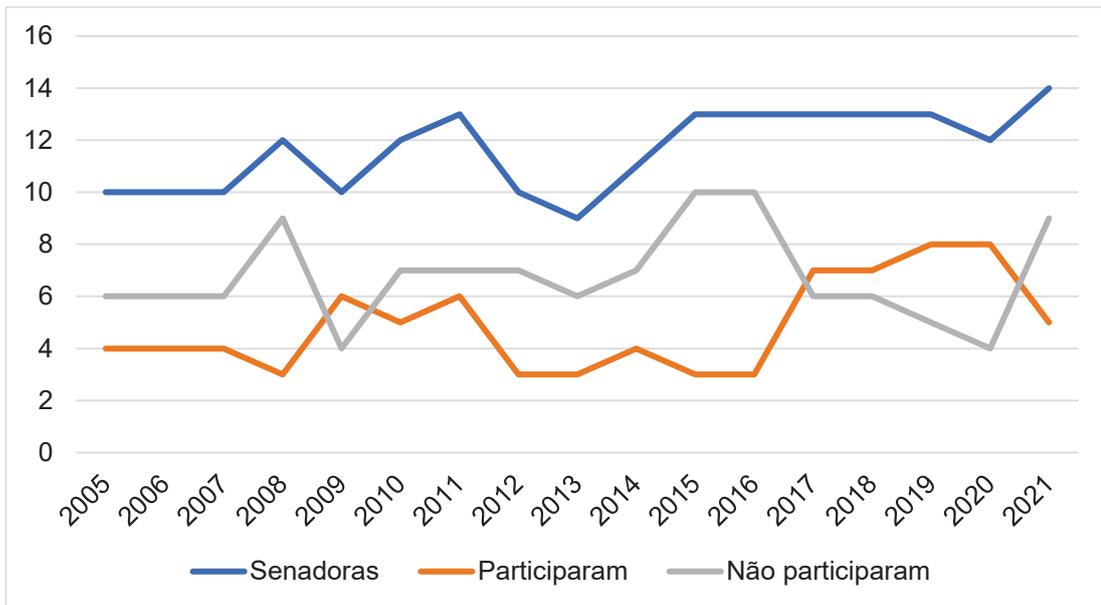


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

A participação das senadoras na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo apresenta alta volatilidade, similarmente ao observado na CAE, CCJ, CI e CRE. Entre 2006 e 2013 o índice de participação das mulheres acompanhou de forma muito próxima o número de senadoras em exercício, porém, em 2014 percebe-se variação no comportamento do índice de mulheres participantes da comissão, com pequenas alterações até 2017. Em 2018 a presença das mulheres na CDR caiu de forma acentuada, retornando aos níveis anteriores em 2019. Não houve variação significativa nos anos seguintes.

Em se tratando de uma comissão que trata de temas de *hard politics*, a CDR apresenta uma presença de senadoras consonante às demais comissões de mesma classificação temática, estando de acordo com a literatura sobre o tema.

GRÁFICO 15 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (2005 – 2021)



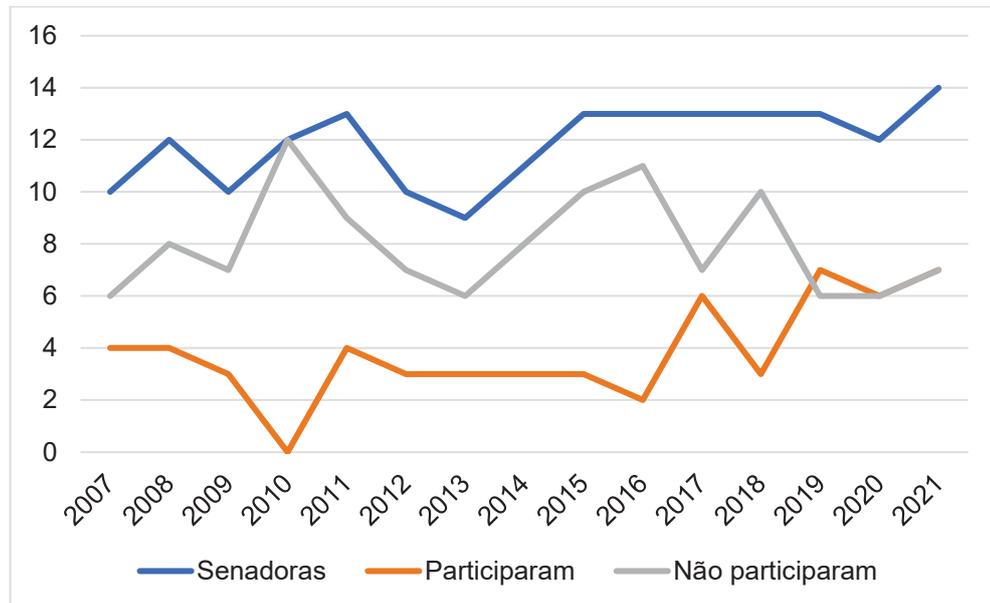
FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

A presença de senadoras na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária se mostra historicamente baixa, conforme pode ser observado por meio da distância entre o número de senadoras em exercício e o número de senadoras presentes na comissão. Identifica-se, porém, dois períodos nos quais a participação das mulheres na CRA demonstrou movimentação contrária ao comportamento normal: primeiramente em 2009, voltando aos níveis históricos em 2012, e posteriormente em 2017, voltando a cair em 2021.

Importante ressaltar que, devido ao fato de estar em funcionamento desde 2005, ou seja, com mais de uma década a menos que outras comissões como a CAE e CAS, é possível inferir que há certa volatilidade na presença de senadoras na comissão diante das variações ocorridas de 2008 a 2010, de 2016 a 2018 e de 2019 a 2021, podendo esse comportamento ser comparado ao que ocorre na CAE, CCJ, CI, CRE e CRD onde uma alta volatilidade foi identificada.

A CRA é classificada como comissão que trata de temas de *hard politics*, de forma que a baixa presença de senadoras condiz com o que a literatura apresenta sobre o assunto.

GRÁFICO 16 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (2007 - 2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, a presença de senadoras é historicamente baixa, sendo identificada somente uma alteração significativa em 2019 quando o número de senadoras participantes foi maior que o de não participantes. Em 2020 e 2021 o número de participantes e não participantes foi o mesmo.

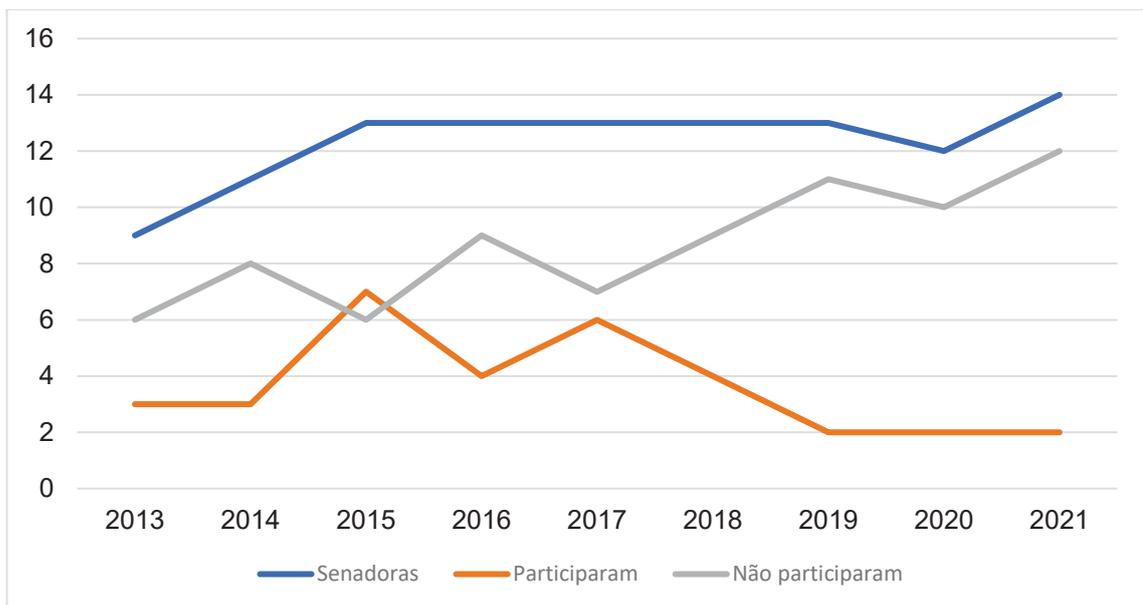
Embora todos os temas tratados na comissão tenham matérias comuns entre si, observa-se um comportamento parecido com o que ocorre na Comissão de Meio Ambiente, Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle (2005 a 2016) e na Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização e Controle e Direito do Consumidor (2017 a 2021) que aglomeram temas de áreas diferentes porém com forte ênfase em temas de *hard politics*. Nessas três comissões, o número de senadoras que não participaram é quase sempre maior que o número de senadoras que participaram, com raras exceções. Assim, em se tratando de uma comissão que versa sobre temas de *hard politics*, a baixa participação de senadoras na CCT condiz com a literatura a respeito do tema.

Os próximos dois gráficos analisados a seguir dizem respeito a duas comissões criadas há poucos anos: a Comissão Senado do Futuro iniciou seu funcionamento em 2013; e a Comissão de Meio Ambiente em 2017. Dessa forma, devido ao curto espaço de tempo analisado, não é possível depreender informações

acerca da alta ou baixa volatilidade da presença de senadoras nas comissões, tampouco inferir a respeito dessa possibilidade conforme realizado na CCT. Dessa forma, a leitura dos gráficos sob essa ótica torna-se limitada.

Ainda, não é apresentado gráfico da Comissão de Segurança Pública devido ao fato de ter sido criada em 2021 e não apresentar dados suficientes para o mapeamento da presença de senadoras no decorrer do tempo.

GRÁFICO 17 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO (2013 - 2021)

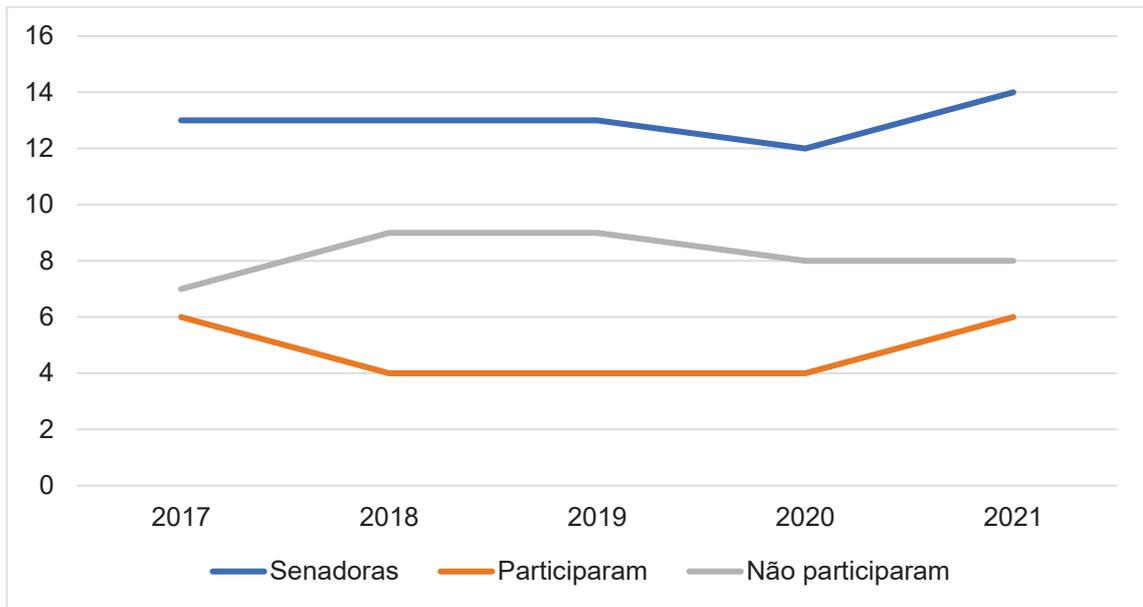


FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

A Comissão Senado do Futuro iniciou suas atividades em 2013 e, devido ao período de análise ser bastante curto, não é possível dizer se há alta ou baixa volatilidade no número de senadoras. Da leitura dos dados é possível observar que na CSF houve alteração acentuada do número de participantes em 2015, seguido de um processo de queda em 2017 com tendência de estabilidade de 2019 até 2021.

Em sendo uma comissão que trata de *hard politics*, a baixa presença de mulheres na comissão condiz com o que a literatura versa sobre o assunto.

GRÁFICO 18 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (2017 - 2021)



FONTE: A autora (2023), com base em dados dos Relatórios da Presidência do Senado Federal.

Por fim, nos dados analisados no curto espaço de tempo de funcionamento da Comissão de Meio Ambiente, assim como na CSF também há baixa presença de senadoras. Da leitura do gráfico é possível perceber um leve crescimento no número de participantes em 2020, com tendência de aumento em 2021.

Destaca-se que a comissão CMA é a única comissão que trata de tema classificado como de *soft politics* no qual o número de participantes é menor que o número de senadoras não participantes. Tal situação pode ocorrer devido ao fato de a criação da comissão ter sido recente, além de uma possível priorização das senadoras por outras comissões com mais tempo de atividade como a CE e a CAS.

#### 4.2 O PERFIL PROSOPOGRÁFICO DAS SENADORAS QUE FORAM PRESIDENTES OU VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO ENTRE 1991 E 2021

Em números gerais, ao total, 28 senadoras foram eleitas presidentes ou vice-presidentes de comissões permanentes no Senado. Dessas, 23 senadoras chegaram à Câmara Alta como titulares e cinco como suplentes. No que diz respeito à participação nas comissões, oito senadoras foram presidentes e vice-presidentes de comissão, oito senadoras foram presidentes e 13 senadoras foram vice-presidentes.

De forma geral, grande parte das senadoras que ocuparam as cadeiras de presidência e/ou vice-presidência de comissão nas três décadas analisadas foram eleitas senadoras titulares; dessas, mais da metade alcançou a presidência, o que mostra equilíbrio entre a ocupação dos cargos de presidente e vice-presidente.

A seguir são apresentados os dados referentes às principais fontes de capital político das senadoras que ocuparam, entre 1991 e 2021, postos de presidente e/ou vice-presidente de comissões permanentes do Senado Federal. Aqui são levadas em conta as informações sobre a “porta de entrada na política institucional” e as “conexões de parentesco na família”:

Em relação a classificação da chamada “porta de entrada na política institucional”, os seguintes campos foram identificados: atividades/movimentos sociais; atuação no movimento estudantil; atuação em movimentos sindicais; candidatura a cargo eletivo anterior; trabalho em cargo técnico; outsider.

Da leitura dos dados é possível observar um equilíbrio entre as senadoras que deram seus primeiros passos na política por meio de candidatura a cargo eletivo anterior (5), sindicalistas/movimento sindical (6), atividades/movimentos sociais (5) e movimento estudantil (5); em número menor estão as senadoras que atuaram em cargos técnicos (4) e as outsiders (3). Isso sugere que não há um único caminho ou possibilidade para que as mulheres iniciassem suas carreiras na política e a construção do capital político pode se dar de diversas maneiras.

A título de exemplo, pode ser citadas as senadoras Lídice da Mata, Ana Rita Esgario, Fátima Cleide e Ana Amélia de Lemos:

Lídice da Mata foi vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em 2017 e 2018. Nasceu em Cachoeira (BA), formou-se em economia e deu seus primeiros passos no ambiente político como militante do movimento

estudantil na década de 70 quando era filiada ao PCdoB. Antes de ser eleita senadora em 2010 pelo PSB, foi vereadora de Salvador pelo PMDB (1982), deputada federal pelo PCdoB (1986 e 2006), prefeita de Salvador pelo PSDB (1992) e deputada estadual pelo PSB (1998 e 2002) (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 164-165).

Fátima Cleide foi presidente da Comissão de Educação em 2010. Natural de Porto Velho (RO), formou-se em Letras pela Universidade Federal do Pará e iniciou sua carreira em movimentos sindicais, atuando posteriormente na CUT-RO e no Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Porto Velho (RO). Militante do PT desde 1988, não participou de eleições anteriores e foi eleita senadora de Rondônia em 2002 (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 331).

Ana Rita Esgário foi vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em 2011 e 2012, assumindo a presidência da mesma comissão em 2013 e 2014. Nascida em Conceição do Castelo (ES), formou-se em serviço social pela Ufes e no início de sua carreira desempenhava diversas atividades sociais e de apoio a movimentos populares. Foi vereadora do município de Vila Velha no Espírito Santo por dois mandatos (1992 e 2000), ambos pelo PT, e em 2006 foi primeira suplente do senador Renato Casagrande (PSB). Ao assumir o governo do estado em 2010, o titular do cargo renunciou ao mandato e Ana Rita assumiu a cadeira no Senado. (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 413-414).

Já Ana Amélia de Lemos foi vice-presidente da Comissão de Educação em 2013 e 2014, ocupando posteriormente o cargo de presidente da Comissão de Reforma Agrária em 2015 e 2016. Nasceu em Lagoa Vermelha (RS) e antes de ser eleita senadora, trabalhava desde 1977 como jornalista na RBS TV do RS, emissora essa que a nomeou diretora em 2003. Foi casada com Octávio Omar Cardoso, senador pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1987, e sua carreira política se iniciou diretamente no Senado (outsider), quando foi candidata a convite do Partido Progressista (PP), sendo eleita em 2010 (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 412-413).

Assim, os dados corroboram com o entendimento da literatura de que a experiência política é um fator de grande relevância para a construção da carreira na área (SACCHET, 2012; LEMOS, 2008; IDEA, 2002), em especial no Senado que é, tradicionalmente, composto por políticos mais experientes (LLANOS, SÁNCHEZ, 2008, p. 124).

Já no que diz respeito a ligações familiares e/ou matrimoniais com políticos, do universo de 28 senadoras estudado, 15 não apresentaram essas conexões. Das

13 senadoras que apresentaram tal elemento na construção de seu capital político, cinco tem ligações familiares (pais, avós e/ou tios) e matrimoniais; quatro apenas matrimoniais, três apenas familiares (pais, avós, tios), sendo que apenas uma tem como única conexão os próprios filhos.

Os dados acima mostram que a existência de conexões interpessoais de família e/ou matrimônio ainda são importantes na construção do capital político, porém não se mostram determinantes, já que mais da metade das senadoras que alcançaram uma cadeira na presidência ou vice-presidência de comissão permanente do Senado não apresentaram esse tipo de vínculo. Essa tendência pode sugerir uma deselitização do Senado, porém tal hipótese exige um estudo mais aprofundado.

A título de exemplo, podem ser citadas as senadoras Patrícia Saboya, Lúcia Vânia, Marina Silva e Fátima Bezerra.

Patrícia Saboya foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 2005 e 2006, ocupando posteriormente a cadeira de presidente em 2007 e 2008. É natural de Sobral (CE), formou-se em pedagogia e foi eleita vereadora de Fortaleza em 1996 pelo PSDB, deputada estadual em 1998 pelo PPS e em 2010 pelo PDT e senadora do Ceará em 2002 pelo PSB. É neta de Plínio Saboya, que ocupou os cargos de prefeito de Fortaleza, deputado federal e senador. Foi casada com Ciro Gomes entre 1983 e 1999, período em que atuou como primeira-dama de Fortaleza e, posteriormente, do estado do Ceará (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 333-335).

Lúcia Vânia foi presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 2003 e 2004, presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em 2007 e 2008, vice-presidente da Comissão de Educação em 2009, presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura em 2011 e 2012 e presidente da Comissão de Educação em 2017 e 2018. Nascida em Cumari (GO), formou-se em jornalismo e iniciou sua carreira na política em 1964 enquanto primeira-dama do estado de Goiás, atuando em órgãos de utilidade pública e fundando centros sociais urbanos em diversos locais. Foi eleita deputada federal em 1986 e 1990 pelo PDB e em 1998 pelo PSDB, e senadora de Goiás em 2002 e 2010 ambos pelo PSDB (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 167-168).

Marina Silva foi vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais em 2001 e 2002. Nasceu na comunidade de Breu Velho, no Seringal Bagaço (AC) e foi eleita vereadora de Rio Branco (AC) em 1988, deputada estadual em 1990 e senadora do Acre em 1994 e 2002, todos pelo PT. Formou-se em história e pedagogia no início

dos anos 1980 e deu seus primeiros passos na política em 1985 ao ser uma das fundadoras da Central Única dos Trabalhadores no Acre (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 250-251). Na pesquisa sobre os dados biográficos da senadora não foram encontradas informações que caracterizassem vínculos familiares e/ou matrimoniais com pessoas ligadas à política

Fátima Bezerra, atual governadora do Rio Grande do Norte, foi vice-presidente da Comissão de Educação em 2015 e 2016 e presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo em 2017 e 2018. Natural de Nova Palmeira (PB), formou-se em pedagogia pela UFRGN em 1980 e filiou-se ao PT em 1981, sendo eleita deputada estadual em 1994 e 1998, deputada federal em 2002, 2006 e 2020, e senadora em 2014 (SCHUMAHER E CEVA, 2015, p. 309-310). Ao levantar os dados biográficos da senadora, também não foram encontradas informações que caracterizassem vínculos familiares e/ou matrimoniais com pessoas ligadas à política.

Por fim, a título de comparação entre a porta de entrada na política das senadoras que apresentaram e das parlamentares que não apresentaram conexões familiares e/ou matrimoniais, os dados podem servir de inspiração para estudos futuros: das 13 senadoras que apresentaram vínculos familiares e/ou matrimoniais, quatro deram seus primeiros passos na política por meio de candidaturas a cargos anteriores; três por meio de movimento estudantil; duas através de cargo técnico; duas de movimentos sociais; uma de movimento sindical/sindicalista; e uma foi classificada como outsider. Já das 15 parlamentares que não apresentaram as conexões, cinco iniciaram sua caminhada como sindicalistas ou em movimentos sindicais; três em movimentos sociais; duas em movimento estudantil; duas eram outsiders; e duas atuaram em cargo técnico, de forma que apenas uma iniciou sua carreira por meio de candidatura em cargo eletivo anterior.

Embora o número analisado seja pequeno (28 senadoras no total), esses dados sugerem que, apesar de a existência de vínculo familiar e/ou matrimonial não se mostrar determinante no que tange a ocupação das cadeiras de presidência e vice-presidência de comissões permanentes do Senado enquanto postos estratégicos de poder, tais conexões interpessoais são de grande importância para a construção de sua carreira política. Tal conclusão corrobora com entendimento de Bohn (2007) e Paula (2018) de que a ampliação da participação de mulheres na Câmara Alta passa pela participação em outras esferas do poder institucional, como a Câmara Baixa, por exemplo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o mapeamento da presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal foi possível identificar uma tendência ao insulamento temático das senadoras já observado no âmbito do Poder Legislativo em estudos de Miguel e Feitosa (2009), Marques e Teixeira (2015) e Costa (2018).

Por meio da interpretação dos gráficos foi possível compreender que o aumento seguido de estabilidade do número de senadoras participantes é um indicativo de que as mulheres estão conseguindo ocupar e manter seu espaço dentro das comissões. Já quando ocorre uma diminuição seguida de estabilidade, pode-se inferir que elas estão perdendo espaço dentro da comissão.

Por outro lado, quando o número de senadoras participantes aumenta ou diminui conforme a variação no número de senadoras com mandato em exercício, pode-se dizer que é um movimento de certa forma esperado diante da expectativa de uma presença na comissão proporcional ao número de senadoras em atividade.

Partindo da divisão temática das comissões em *hard* e *soft politics*, as seguintes dinâmicas puderam ser observadas:

Primeiramente, as comissões com maior volatilidade e aumento na participação foram a Comissão de Assuntos Econômicos, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ainda, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresentaram um comportamento bastante similar de forma que, geralmente quando ocorre aumento ou queda na participação em uma, percebe-se que ocorre também na outra. Já as comissões com alta volatilidade e queda na participação foram a Comissão de Serviços de Infraestrutura, Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Aqui é possível observar que, embora as senadoras estejam presentes nesses grupos, ainda há flutuação, com picos de alta e baixa participação. Seguindo o raciocínio de Marques e Teixeira (2015), o fato de essas comissões serem arenas de alta competitividade pode justificar a oscilação dos números; por outro lado, é importante notar a existência de indicativos da conquista e manutenção, mesmo que paulatina, desses espaços pelas parlamentares, em especial na CAE, CRE e CCJ.

Por outro lado, as comissões com maior presença das senadoras foram a Comissão de Educação, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa, todas com temas classificados no âmbito de *soft politics*. Da leitura dos gráficos fica evidente a priorização dessas áreas de atuação pelas senadoras, seja pela preferência, enquanto estratégia para acumular capital político, seja pela falta de opção em função das expectativas de que essas parlamentares atuem na chamada “política de desvelo” (MIGUEL e FEITOSA, 2009). Tal conclusão confirma a hipótese de que as comissões com maior presença feminina versam sobre temáticas de cunho social, corroborando com o entendimento da literatura sobre o tema. Ainda, diante dos dados referentes à CAE, CRE e CCJ, é possível pensar na aplicação do conceito de “jornada dupla no legislativo” apontada por Costa (2018) já que ao mesmo tempo em que é observada uma alta participação nas comissões de temas *soft* também é identificada uma alta presença, embora instável, das parlamentares nesses temas *hard*.

Por fim, as comissões com menor presença das senadoras foram a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (1993 a 2004), Direito do Consumidor e Fiscalização e Controle (2005 a 2016), Comissão de Transparência, Governança Pública, Fiscalização e Controle e Direito do Consumidor (2017 a 2021), Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação e Comissão Senado do Futuro. Conforme mencionado na leitura dos gráficos oito a 11, diversas mudanças ocorreram na Comissão de Meio Ambiente e na Comissão de Fiscalização e Controle no que se refere à agregação de temas tanto *hard* quanto *soft* no decorrer do tempo. Majoritariamente, as referidas comissões tratam de temas *hard*, o que pode ser um indicativo de alinhamento com o entendimento da literatura sobre o tema. Por outro lado, diante da presença de temas *soft*, mesmo que em menor proporção, uma leitura estrita se tornaria imprecisa. No que diz respeito à Comissão Senado do Futuro, a baixa presença pode ser explicada tanto pela temática *hard* quanto pela amplitude e generalização do tema, fatores que podem tornar a participação menos competitiva e, conseqüentemente, menos atrativa.

Considerando o que a literatura traz sobre a atuação de mulheres na política institucional em relação a classificação temática dos assuntos, o mapeamento e análise da presença das senadoras nas comissões permanentes do Senado Federal entre 1991 e 2021 aponta para uma convergência com o entendimento já firmado, porém também sugere um movimento, embora ainda instável, de ocupação de espaços em comissões que versam sobre *hard politics*, como pode ser observado em especial na CAE, CRE e CCJ. O mesmo também poderia ser dito acerca da CI e CDR, não fosse a queda da participação das senadoras nos últimos.

Importante pontuar que, de modo geral, nos períodos entre 2002-2003 e 2013-2014, houve aumento na participação proporcional ao aumento de número de senadoras. Ainda, em 2019, é possível identificar uma redução generalizada na participação das senadoras em praticamente todas as comissões. A tendência para 2020 e 2021 foi de manutenção ou de queda. Embora esses indicadores não sejam explorados no presente trabalho, podem servir de inspiração e guia para pesquisas futuras, em especial em estudos que tratem da influência do Poder Executivo na participação das mulheres na política e nas dinâmicas do Senado Federal.

Conforme apontado na revisão de literatura, as comissões permanentes do Senado Federal brasileiro podem ser vistas enquanto ferramentas complexas nas quais é possível observar os elementos das três linhas da escola neoinstitucionalista: i) são instrumentos utilizados por seus membros para atender demandas eleitorais (linha distributivista) – no caso das senadoras, atuar em comissões de temática *soft* pode ser a forma mais eficiente de alcançar o eleitorado que espera das mulheres a atuação na “política de desvelo”; ii) são ferramentas que permitem a realização de análises mais rigorosas dos projetos, permitindo a especialização dos parlamentares que ali atuarem por longos períodos de tempo, além de reforçar o poder da comissão face ao plenário (linha informativa) – essa dinâmica pode explicar a manutenção da alta participação das senadoras nas comissões de temas *soft* no decorrer do tempo, já que é mais seguro do ponto de vista da construção de capital político especializar-se nessas áreas; e iii) são espaços nos quais os líderes que possuem controle da agenda o utilizam de forma a garantir a influência dos partidos sobre suas bancadas (linha partidária) – aqui já não são mais as preferências individuais das senadoras que podem influenciar na escolha e permanência em comissões de temática *soft*, mas o papel e importância que têm em relação aos partidos aos quais são filiadas e que irão decidir os rumos de atuação dessas parlamentares.

Especificamente em relação à linha partidária e ao poder conferido aos partidos políticos, vale lembrar que, embora o art. 88 do Regimento Interno do Senado determine que os membros das comissões elejam seus presidentes e vice-presidentes por meio de votação secreta, esses cargos são preenchidos por meio de acordos prévios entre líderes partidários e mesa diretora (LEMOS, 2008, p. 362). Dessa forma, para que um parlamentar seja indicado como presidente e/ou vice-presidente de comissão é necessário que tenha não apenas as habilidades e competências necessárias para exercer o cargo, mas também deve contar com o

apoio e reconhecimento interno de seu partido. Para tanto, é fundamental que o parlamentar apresente perante seu partido um amplo e sólido conjunto de recursos, influências e relações acumulados ao longo de sua carreira e traduzidos na forma de capital político.

Acerca dos elementos que compõem o capital político das senadoras que ocuparam cadeiras de presidente e vice-presidente das comissões permanentes no período de tempo entre 1991 e 2021, no que compete à porta de entrada na política, foi observado um equilíbrio entre aquelas que iniciaram suas carreiras por meio de candidatura a cargo eletivo anterior, sindicalistas/movimento sindical, atividades/movimentos sociais e movimento estudantil. Também foi possível observar que a existência de conexões interpessoais de caráter familiar e/ou matrimonial ainda é importante, porém não determinante para a ocupação das cadeiras de presidência e vice-presidência. Também foi observado também que as senadoras que apresentam tais conexões tendem a ter participado de pleitos eleitorais anteriores, o que contribui para a construção de suas carreiras políticas.

Ambas as leituras indicam que não se confirmou a segunda hipótese levantada para este trabalho – de que haveria uma tendência da ocupação dos cargos de presidência e vice-presidência das comissões por senadoras cujo capital político é oriundo predominantemente de herança familiar e/ou matrimonial. Embora esse tipo de vínculo ainda seja relevante, é possível observar que a construção da carreira política das parlamentares que chegaram a esses cargos estratégicos de poder pode ocorrer sem que, necessariamente, seu capital político dependa de conexões familiares e/ou matrimoniais, se mostrando extremamente relevante a presença em movimentos sociais, estudantis, sindicais além de participação em pleitos eleitorais anteriores.

Tais achados corroboram com o entendimento da literatura em relação ao capital político, seja quando adquirido por meio de herança familiar/matrimonial (BRAZIL, 2020; BARBOSA, 2019), seja composto por outros elementos que tenham como base o capital cultural, social e econômico (BOURDIEU, 1996; MIGUEL, 2003). Ainda, é possível notar uma mudança sutil na importância do capital político familiar/matrimonial do ponto de vista da formação (quando não manutenção) elite política brasileira. Por outro lado, embora isso sugira uma tendência à deselitização, esse tipo de capital ainda é bastante relevante para a construção da carreira política das parlamentares (BARBOSA, 2019; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

## 5.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Muito ainda há para ser estudado nessa área, especialmente tendo em vista que o Senado é um objeto de pesquisa menos explorado quando em comparação com os estudos atinentes à Câmara dos Deputados. Dessa forma, esta pesquisa abre espaço para inúmeros trabalhos no âmbito dessa esfera do Poder Legislativo.

Primeiramente, pode-se investigar se há diferença na presença das senadoras em se tratando da ocupação de cadeiras de titular e suplente nas comissões. Ainda, o tempo de permanência das senadoras nas comissões, seja como titulares, suplentes, presidentes ou vice-presidentes, também se mostra um recorte interessante a ser estudado.

Em segundo lugar, esta pesquisa abre espaço para estudos comparativos tanto de participação (aqui entendida como atuação/exercício) quanto de desempenho entre senadores e senadoras nas comissões. Essa mesma linha abre a possibilidade de análise da participação/desempenho conforme a divisão temática das comissões, a exemplo da pesquisa realizada por Costa (2008).

Já no campo do perfil das senadoras, além de estudos comparativos com o perfil de senadores, há que se questionar sobre a possibilidade de uma deselitização do Senado nos últimos anos, explorando mais elementos biográficos desses parlamentares.

Por fim, em vista das mudanças políticas e sociais que ocorreram, em especial, a partir de 2018, se mostra bastante interessante investigar se as mudanças no Poder Executivo impactaram, de alguma maneira, a presença e/ou a participação das mulheres nas comissões.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria. Recrutamento político e seleção de candidaturas: acesso às listas e o papel das lideranças no “Jardim Secreto”. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 6., 2008, Campinas. Anais..., Campinas, 2008a.
- ÁLVARES, Maria. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 51, n. 4, 2008b.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018
- ALVES, José Eustáquio Diniz; ARAÚJO, Clara. Participation of women in the elections 2002, 2006, and 2010. In: PIATTI-CROCKER, A. (Ed.). **Diffusion of gender quotas in Latin America and beyond: advances and setbacks in the last two decades**. New York: Peter Lang, 2011. v. 19. p. 70-97
- ALVES, José Eustáquio Diniz; ARAÚJO, Clara. A política de cotas no Brasil, o sistema eleitoral e a sub-representação feminina. 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/AlvesDinizJose.pdf>. Acesso em nov. 2023.
- ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: A Experiência das Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, vol. 6, n° 4, p. 71-9, 1998. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12035/11312\\_\(25\)](https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/12035/11312_(25)). Acesso em out. 2023.
- ARAÚJO, Clara. As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, p. 155-195, 2001.
- ARAÚJO, Clara. **Cidadania Incompleta: O Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil**. 1999. Tese de Doutorado, IFCS/UFRJ, 1999.
- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-215, 2005.
- ARAÚJO, Clara.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 69-91, 2013.
- ARAÚJO, Clara; RODRIGUES, Teófilo. Judicialização da competição política e gênero: ação afirmativa nos Fundos Partidário e Eleitoral no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 40, p. 1-31, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.260812>> Acesso em: nov. 2023.

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Perfil parlamentar e composição das comissões no Senado Federal. In: **VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 8, 2012, Gramado. Anais [...]: Gramado, 2012.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: UNESP, 2001.

BACKES, Ana Luiza. Fortalecimento parlamentar de minorias regionais e suas razões. In: LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. (org.) **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, p. 63-84, 2008.

BARBOSA, Claudia de Faria. **As mulheres na Política Local**: entre as esferas pública e privada. Curitiba: Appris, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIROLI, Flávia. “Violência política contra as mulheres”. **Blog da Boitempo**, 2016. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/> Acesso em fev. 2024.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil São Paulo: Editora Boitempo, 2018

BIROLI, Flávia et al. (orgs.). **Mulheres, poder e ciência política**: debates e trajetórias. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020.

BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOHN, Simone R. Women and candidate quality in the elections for the Senate: Brazil and the United States in comparative perspective. **Brazilian Political Science Review**, v. 1, n. 2, p. 74-107, 2007.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 19ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papiurus, 1996

BRAGA, Sabrina de Paula. **Sistema eleitoral proporcional de lista fechada**: um mecanismo de promoção da representatividade feminina no Poder Legislativo. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, Belo Horizonte, 2021.

BRAGA, Sérgio Soares; NICOLAS, Maria Alejandra. Prosopografia a partir da web: avaliando e mensurando as fontes para o estudo das elites parlamentares brasileiras na internet. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba v. 16, n. 30, p. 107-130, jun. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.504**, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 1997, Seção 1, p. 27528-27540.

BRASIL. Senado Federal. **Regimento Interno**, estabelecido pela Resolução n. 93, de 1970. Texto editado em conformidade com a Resolução n.º 18, de 1989, consolidado com as alterações decorrentes de emendas à Constituição, leis e resoluções posteriores, até 2023. Disponível em: <[www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsf/RegSFVoll.pdf)>. Acesso em: jul. 2023.

BRASIL, Patricia Cristina. **O gênero da política brasileira: questões de igualdade no Senado Federal**. 2016. 255 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

BRAZIL, Katarina. **Mulheres na política brasileira: reflexões sobre gênero e democracia intrapartidária**. reflexões sobre gênero e democracia intrapartidária. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

CARVALHO, Robson Vasconcelos. **Família e política no RN: Alves, Maia e o suporte do senado**. 1ª ed. Natal: EDUFRRN, 2018.

CARVALHO, Robson Vasconcelos. A dimensão do capital político-familiar no Senado e os prejuízos à representação democrática (1986-2022). In: **21º Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém do Pará, 2023. Disponível em: <[https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=281](https://www.sbs2023.sbsociologia.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=281)> Acesso em 22 fev. 2024.

CHACON, Valmireh. **História Institucional do Senado do Brasil**. 2ª ed. ver. e atual. Brasília, 1997

CHARLE, Christophe. A Prosopografia ou biografia coletiva: Balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). **Por Outra História das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006b

COSTA, Maria Luiza Walter. **Divisão sexual do trabalho no Senado de Brasil e Argentina: projetos de lei em análise**. 2018. 122 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

COX, Gary; MCCUBBINS, Mathew. **Legislative Leviathan. Party Government in the House**. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, 1993.

ELEY, Geoff. Nations, publics and political cultures: Placing Habermas in the Nineteenth Century. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the public sphere**, Cambridge, The MIT Press, 1992, p. 289-339.

EPSTEIN, David e O'HALLORAN, Sharyn. Delegating Powers. **A Transaction Cost Politics Approach to Policy Making under Separate Powers**. Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

FRANCO, Geissa Cristina. **Participação e representação política**: o que produzem e o que decidem as deputadas federais? Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Paraná. 2019. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62160>>. Acesso em: jul. 2023.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A Contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (org.). **Habermas and the public sphere**, Cambridge, The MIT Press, 1992.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>

GATTO, M.; WYLIE, K. Resisting and accommodating institutional change: provisional commissions, laranjas, and gendered candidate selection in Brazilian Legislative. In: **International Congress of the Latin American Studies Association - LASA**, 36, Barcelona, 2018. Anais [...] Barcelona.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, M.H.H.S. Família e política: Repensando relações. In: OLIVEIRA, R.C. (Org.). **Família importa e explica**: Instituições políticas e parentesco no Brasil. 1ª ed. São Paulo: LibertArs, 2018. Cap. 3, p. 65-94.

GRUNEICH, Danielle; CORDEIRO, Iara. Violência política de gênero: das violências invisíveis aos aspectos criminais. **Revista Consultor Jurídico**, 3 nov. 2020, 15h32. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-nov-03/gruneich-cordeiro-violencia-politica-genero>>. Acesso em: 1º fev 2024.

HEINZ, Flávio; CODATO, Adriano. A Prosopografia Explicada para Cientistas Políticos. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como Estudar Elites**. Curitiba: UFPR, 2015. p. 249-278.

IDEA. **Mujeres en el Parlamento: más allá de los números**. Estocolmo, 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/j/ref/a/XqvqGYBNTVmmM3BTY6GfbVHQ/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/ref/a/XqvqGYBNTVmmM3BTY6GfbVHQ/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em nov. 2023

Inter-Parliamentar y Union. **Women in National Parliaments**. 2022. Disponível em: <http://www.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: jul. de 2023.

JONES, M. P.; ALLES, S.; TCHINTIAN, C. Cuotas de género, leyes electorales y elección de legisladoras en América Latina. **Revista de Ciencia Política**, v. 32, n. 2, p. 331-357, 2012.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário crítico feminino**. São Paulo: EDUNESP, 2009. p. 67-75.

KREHBIEL, Keith. **Information and Legislative Organization**. Michigan, University of Michigan Press, 1991.

KROOK, Mona Lena; SANÍN, Juliana Restrepo. “Gender and political violence in Latin America”. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 125-157, 2016.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. (Org.). **O senado federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008.

LEMOS, Leany Barreiro. O sistema de comissões no Senado brasileiro: hierarquia e concentração de poderes nos anos 90. In: LEMOS, Leany Barreiro (org). **O Senado Federal no Pós-Constituente**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008.

LEMOS, Leany Barreiro de Sousa, e SONIA Ranincheski. “Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90”. In: LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. (org.) **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, p. 87-120, 2008.

LIMONGI, Fernando. **O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos – A Literatura Norte-Americana Recente**. BIB, n 37, 1 sem, 1994.

LIMONGI, Fernando. Modelos de Legislativo: O Legislativo Brasileiro em perspectiva comparada. **Plenarium**, ano 1, n. 1, p. 41-56, 2004.

LLANOS, M.; SÁNCHEZ, F. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Cone Sul. In: LEMOS, L. (Org.). **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, 2008

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. – 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Danusa; TEIXEIRA, Bruno L. Estranhas no ninho: uma análise comparativa da atuação parlamentar de homens e mulheres na Câmara dos Deputados do Brasil. In: **8º CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA**, 8., 2015, Lima, Peru. [Anais]. Lima, Peru: Pontificia Universidad Católica del Perú: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 2015.

MARTINS, Eneida Valarini. **A política de cotas e representação feminina na Câmara de Deputados**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2007. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em: jul. 2023.

MATEO-DIAZ, Mercedes. Em busca da Panacéia para igualdade duradoura: sobre a arte de combinar soluções rápidas e medidas estruturais para aumentar a presença das mulheres no Parlamento. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon.; RENNÓ, Lucio Remuzat. (Orgs.). **Reforma política: Lições da década recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATLAND, R. E. Enhancing women's political participation: legislative recruitment and electoral systems. In: BALLINGTON, J.; KARAM, A. (Eds.). **Women in Parliament: beyond numbers**. 2. ed. Stockholm: International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2005. p. 93-111.

MATOS, Marlise. A sub-representação política das mulheres na chave da sua subteorização na ciência política. In: PAIVA, Denise (org.). **Mulheres, Poder e Política: a experiência do Brasil e do Canadá**, vol. 01. Goiânia, Editora da Universidade de Goiás, 2011, p.22-54.

MENDONÇA, Eliane C. **A participação das senadoras na produção legislativa: 49ª (1991/1995) e 52ª (2003/2007) legislaturas**. 2009. 74 f. Trabalho final (Especialização em Administração Legislativa) - Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496518>>. Acesso em: jul. 2023.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, v. 20, p. 115-134, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos Augusto Mello. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, p. 721-747, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.18, n.3, p.653-679, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/27771>>. Acesso em: 18 set. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe; FEITOSA, Fernanda. O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da câmara dos deputados. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, mar. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: jul. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. "Political Representation and Gender in Brazil: The Quotas for Women and their Impact". **Bulletin of Latin American Research**, vol. 27, no 2, 2008, p. 197-214.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e representação: territórios em disputa**. São Paulo: Unesp, 2014.

MOREIRA, Natália de Paula e BARBERIA, Lorena Guadalupe. Por que elas são poucas?: uma revisão sobre as causas da baixa presença de mulheres no Congresso brasileiro. BIB. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 79, p. 38-56, 2015. Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Barberia\\_LG\\_2837791\\_PorQueElasSaoPoucas.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Barberia_LG_2837791_PorQueElasSaoPoucas.pdf). Acesso em: 30 jun. 2023.

MUNHOZ, Claudia Costa; OLIVEIRA, Viviane de Arruda Pessoa. Mulheres na Política Nacional: Representatividade no Senado Federal. **Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, n. 1, p. 111-132. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/ddem.v0i1.50237>. Acesso em: jun. 2023.

NORRIS, Pippa; Recruitment. em CROTTY, William. & KATZ, Richard. S. (eds.). **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. **Estudo comparado de câmaras altas: os poderes e o papel dos senados nos sistemas presidencialistas**. 2004. Tese (doutorado em ciência política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ, Rio de Janeiro.

NEIVA, Pedro Robson Pereira Os poderes dos senados de países presidencialistas e o caso brasileiro. In: LEMOS, Leany Barreiro de Sousa. (org.) **O Senado Federal brasileiro no pós-constituente**. Brasília: Senado Federal; Unilegis, p. 23-61, 2008.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, n.16, vol.2, 2008; pp. 305-332.

OLIVEIRA, Letícia Trevizolli de; BORGES, Daniel Damasio. Mulheres na política: análise dos impactos da ação afirmativa de gênero na elegibilidade de deputadas no Brasil. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 213-229, abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2022v17n1p213>. Acesso em: jun. 2023.

OLIVEIRA, R. C. **Família importa e explica: Instituições políticas e parentesco no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: LibertArs, 2018.

PAIVA, Denise; HENRIQUE, Ana Lúcia; SILVA, Gabriela Peixoto. Atuação das mulheres no Poder Legislativo Federal e Estadual e no Brasil: ainda muito distante da paridade de gênero. **Cadernos Adenauer, Novas Perspectivas de Gênero no Século XXI**: Rio de Janeiro, 2013. p.167- 182.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Carolina de. **O que faz um Senador? Um estudo sobre a representação política dos senadores brasileiros**. Curitiba: Appris, 2018.

PHILLIPS, Anne. **Engendering democracy**. Cambridge: Polity, 1991

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007

PINTO, Celi Regina J.; SILVEIRA, Augusta. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, Campinas, v.24, n.1, jan. - abr. 2018. p.178-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v24n1/1807-0191-op-24-1-0178.pdf>>. Acesso em: jun. 2023.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Estudos Feministas** v. 25, n. 3, p. 1199 - 1217, 23 out. 2017.

RICCI, Paolo. A produção legislativa de iniciativa parlamentar no Congresso: diferenças e similaridades entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. In: Lemos, Leany. **O Senado Federal no pós-constituinte**. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2008, p. 237-272.

SACCHET, Teresa. Partidos Políticos e Representação das Mulheres em Posições Legislativas: um estudo sobre recrutamento político e financiamento de campanhas. In: Denise Paiva. (Org.). **Mulheres, Poder e Política**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2012, v. 1, p. 61-188.

SAGOT, Montserrat. É importante a participação política das mulheres? Representatividade democrática, ação afirmativa e cotas na Costa Rica. In: **Trilhas do poder das mulheres: experiências internacionais em ações afirmativas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2009. p. 49-61.

SANTOS, Fabiano; PAULA, Carolina Almeida de; SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições de 2010**. São Paulo, ABCP, 2012. p. 283-313.

SCHUMACHER, Schuma. Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil. In: SCHUMACHER, Schuma e CEVA, Antonia. **Mulheres no poder trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. 1. Rio de Janeiro: edições de Janeiro, 2015.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SENADO FEDERAL (Brasil). Primeira senadora tomou posse há 40 anos e foi recebida com flor e poesia. **Portal de Notícias**: Agência Senado; Brasília – DF: 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a->

senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>. Acesso em nov. 2023.

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. (2000) - **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. LED/UFSC. Florianópolis.

SOARES, Jeanette. **Vereadoras de Curitiba**: análise prosopográfica da trajetória das eleitas entre 1982 e 2016. São Paulo: Editora dialética, 2022.

SONNERT, Gerhard. **Who succeeds in Science**: The gender dimension. New Brunswick, Rutgers University Press, 1995.

SOUZA, Michelle Rabelo de. **A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michiles no Senado Federal**. Manaus, 2016. Dissertação. (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos". **Dados**, vol. 42, nº 2, 1999, p. 197-251.

TRIMBLE, Linda; ARSCOTT, Jane. **Still counting**: women in politics across Canada. Peterborough: Broadview Press, 2003.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, jun. 2011.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**. 2006, n.67, p.139-190. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: jun. 2023.